



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO MATTANA DE OLIVEIRA

**A RECESSÃO BRASILEIRA CRIADA PELO GOVERNO PT: O CONTRAPONTO
DE FRIEDRICH A. HAYEK SOBRE JOHN MAYNARD KEYNES**

CAXIAS DO SUL

2019

RODRIGO MATTANA DE OLIVEIRA

**A RECESSÃO BRASILEIRA CRIADA PELO GOVERNO PT: O CONTRAPONTO
DE FRIEDRICH A. HAYEK SOBRE JOHN MAYNARD KEYNES**

Monografia submetida ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul como requisito obrigatório para obtenção do grau de bacharelado.

Orientador: Prof. Me. Reinaldo Boeira Duarte.

CAXIAS DO SUL

2019

RODRIGO MATTANA DE OLIVEIRA

**A RECESSÃO BRASILEIRA CRIADA PELO GOVERNO PT: O CONTRAPONTO
DE FRIEDRICH A. HAYEK SOBRE JOHN MAYNARD KEYNES**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção de Bacharel em Economia no curso Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Me. Reinaldo Boeira Duarte.

Aprovado em: __/__/____.

Banca Examinadora

Prof. Me. Reinaldo Boeira Duarte
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Me. Adriane Maria Silocchi
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Me. Mosar Leandro Ness
Universidade de Caxias do Sul – UCS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do departamento de Economia da Universidade de Caxias do Sul pelo conhecimento transmitido ao longo da graduação, bem como a contribuição de cada um para o meu crescimento profissional e pessoal.

Em especial, ao Prof. Me. Reinaldo Boeira Duarte pela orientação, disponibilidade, incentivo e paciência durante todo o desenvolvimento desta monografia.

Ao meu pai Joacir e a minha mãe Eliana por me proporcionarem a oportunidade de realizar a graduação e, por meio desta, me incentivarem a ser uma pessoa melhor.

A todos que de forma direta ou indireta fizeram parte desta formação, o meu muito obrigado.

*Dedico este trabalho à minha mãe, Eliana,
e ao meu pai, Joacir.*

“A tarefa mais curiosa da Economia é demonstrar aos homens (e políticos) quão pouco eles sabem sobre aquilo que eles imaginam poder planejar.”

Friedrich August von Hayek

RESUMO

A intervenção estatal é um modelo econômico cuja aceitação varia de acordo com cada país e os princípios do seu respectivo governo. Desta forma, este trabalho visa realizar uma análise do modelo econômico de John Maynard Keynes utilizado pelo governo brasileiro de 2003 a 2014 sobre o contraponto liberal de Friedrich A. Hayek. Explicar-se-á os princípios econômicos de Keynes e Hayek, bem como a divergência teórica entre eles. Será apresentado um contexto histórico das políticas neoliberais implementadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, assim como as keynesianas postas em prática pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, analisando os benefícios e malefícios das mesmas para o Brasil. Durante os governos petistas, o país apresentou crescimento e aumento do fluxo circular de renda, conforme previu a teoria de Keynes. Entretanto, conforme a explicação de Hayek, o longo prazo cobrou o seu preço pelo período de luxúria sustentado por gastos governamentais e crédito barato, gerando inflação e provando que a teoria keynesiana gerou a maior recessão econômica da história brasileira, a partir de 2014.

Palavras-chave: John Maynard Keynes; Keynesianismo; Friedrich August von Hayek; Intervencionismo; Liberalismo Econômico; Recessão.

ABSTRACT

State intervention is an economic model whose acceptance varies according to each country and the principles of its respective government. Thus, this paper aims to perform an analysis of the economic model of John Maynard Keynes used by the Brazilian government from 2003 to 2014 on the liberal counterpoint of Friedrich A. Hayek. The economic principles of Keynes and Hayek, as well as the theoretical divergence between them, will be explained. It will be presented a historical context of the neoliberal policies implemented by President Fernando Henrique Cardoso, as well as the Keynesian policies implemented by Presidents Luiz Inacio Lula da Silva and Dilma Rousseff, analyzing their benefits and harms for Brazil. During the PT governments, the country experienced growth and increased circular income flow, as predicted by Keynes's theory. However, according to Hayek's explanation, the long run has taken its toll on the period of lust sustained by government spending and cheap credit, generating inflation and proving that the Keynesian theory has spawned the largest economic recession in Brazilian history since 2014.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses.....	53
Figura 2 – Taxa de desemprego – Brasil.....	55
Figura 3 – Concessões de Crédito com Recursos Selecionados – Total, Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas – R\$ (Milhões).....	58
Figura 4 – Dívida Total do Setor Público – Líquida e Bruta – (%) do PIB brasileiro....	61
Figura 5 – Variação (%) Real do PIB brasileiro.....	62
Figura 6 – Histórico SELIC x IPCA (2003-2018)	66
Figura 7 – Rendimento Médio Real Efetivo - Empregados - Regiões Metropolitanas - Setor Privado e Setor Público.....	67
Figura 8 – Resultado da Previdência Federal – 2003 a 2018 – R\$ Bilhões	68
Figura 9 – Índice de Liberdade Econômica no Mundo.....	71
Figura 10 – Índice de Desenvolvimento Humano – Comparativo – 2018.....	71
Figura 11 – Índice de Gini – Brasil – 2003 a 2018.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Programa Bolsa Família.....	51
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES	14
1.2.1. Hipótese Central.....	14
1.2.2. Hipóteses Secundárias.....	14
1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA	15
1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	15
1.4.1. Objetivo Geral.....	15
1.4.2. Objetivos Específicos	15
2. JOHN MAYNARD KEYNES X FRIEDRICH A. HAYEK: O DEBATE DE IDEIAS	17
2.1. JOHN MAYNARD KEYNES	17
2.2. A TEORIA DE JOHN MAYNARD KEYNES.....	19
2.2.1. A Crítica de Keynes à Economia Clássica	21
2.2.2. O Princípio da Demanda Efetiva	24
2.2.3. A Teoria Geral da Taxa de Juros e do Emprego.....	26
2.2.4. Definição de Renda, Poupança e Investimento.....	27
2.3. FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK.....	29
2.4. A TEORIA DE FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK	31
2.4.1. Prosperidade Individual e a Ordem Espontânea do Mercado	32
2.4.2. Conhecimento e Preços.....	33
2.4.3. Falsa Segurança Econômica e o Caminho da Servidão	35
2.4.4. A Maldição da Inflação.....	36
2.5. EXPANSÃO E CONTRAÇÃO ECONÔMICA (<i>BOOM AND BUST</i>): A DIVERGÊNCIA TEÓRICA FUNDAMENTAL ENTRE HAYEK E KEYNES	37
3. GOVERNOS F.H.C., LULA E DILMA: CONTINUIDADE E RUPTURA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS	41
3.1. O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	41
3.1.1. O Plano Real	42
3.1.2. Reforma do Estado.....	43
3.1.3. A Reestruturação das Dívidas Estaduais.....	44
3.1.4. Lei de Responsabilidade Fiscal	45
3.1.5. O Tripé Macroeconômico	46
3.2. O GOVERNO LULA	47
3.2.1. O Primeiro Mandato (2003-2006).....	48

3.2.2. A Política de Continuidade do Governo F.H.C.....	49
3.2.3. Os Programas Sociais e as Políticas de Combate à Pobreza	49
3.2.5. A Nova Matriz Econômica de Guido Mantega: Aumento do Crédito, do Gasto Público e o Estímulo ao Endividamento	52
3.2.6. O Programa Minha Casa Minha Vida	54
3.3. O GOVERNO DILMA	56
3.3.1. A Intensificação das Políticas Macroeconômicas Intervencionistas	56
3.3.2. O Capitalismo de Estado: a Administração dos Preços, os Privilégios e os Incentivos.....	58
3.3.3. A Contabilidade Criativa e o Impeachment.....	60
4. O GOVERNO PT SOB A ÓTICA DE HAYEK CONTRAPONDO KEYNES... 	64
4.1. O PREÇO COBRADO PELA CIÊNCIA ECONÔMICA: OS EFEITOS DA POLÍTICA KEYNESIANA.....	64
4.1.1. O Déficit Criado pelo Intervencionismo	66
4.1.2. Intervencionismo: Correção ou Ampliação das Falhas?	69
4.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS PETISTAS COM BASE NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE HAYEK.....	72
4.3. O CONTRAPONTO DE FRIEDRICH A. HAYEK: POR QUE O KEYNESIANISMO FALHA.....	74
5. CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS.....	78

1. INTRODUÇÃO

John Maynard Keynes e Friedrich August von Hayek estiveram em lados opostos da disparidade de opiniões que definiu a maior discussão sobre a teoria econômica de todos os tempos: se os governos deveriam ou não intervir nos mercados.

Keynes moldou sua teoria econômica após a Primeira Guerra Mundial e a quebra da bolsa de valores de 1929, através do seu livro: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nele, o economista explica que o desemprego em massa e a miséria que marcavam o fim de um ciclo econômico poderiam ser solucionados através da capacidade do governo intervir na economia criando demanda a partir de uma série de medidas, incluindo o aumento do gasto público. Hayek, por outro lado, entendeu que alterar o equilíbrio natural da economia resultaria em uma inflação galopante, além do fato da intervenção servir de apoio para o governo realizar medidas que só seriam benéficas para o próprio governo, deixando a população em plena servidão. Eles discordaram pelo resto de suas vidas.

O governo brasileiro, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, adotou políticas Hayekianas, ou seja, diminuiu o tamanho do estado, privatizou estatais e aprovou uma série de medidas que, com sucesso, controlaram a inflação que sempre esteve presente no Brasil. Tais princípios foram deixados de lado a partir de 2003, quando o presidente Lula assumiu o país e, em 2011, com a eleição da Dilma. A equipe econômica dos governos petistas criou demanda na economia brasileira através da redução da taxa de juros, do aumento do gasto público e de incentivos fiscais. Assim, o Keynesianismo esteve presente nas políticas brasileiras, gerando consumo, aumento de empregabilidade e novos investimentos.

Entretanto, o longo prazo chegou e, conforme previu Hayek, a inflação do país também cresceu. Com o aumento dos preços, o Brasil reduziu o seu próprio gasto público e elevou sua taxa de juros visando a redução da atividade econômica. O país, portanto, apresentou alto desemprego e, em função da menor empregabilidade, a arrecadação do governo diminuiu, não havendo mais dinheiro para pagar o gasto governamental anteriormente criado. O déficit das contas públicas tornou-se gigantesco e, assim, iniciou-se uma grande recessão econômica da história do Brasil.

1.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A teoria de Keynes parte de dois princípios: Renda e poupança. Na prática, os consumidores utilizam sua renda gastando em bens e poupança, em função da renda. Segundo ele, quanto maior a renda, maior parte desta será poupada. Assim, a taxa de poupança aumenta, pois, o aumento do emprego eleva a renda agregada. Dessa forma, a oferta torna-se superior a demanda efetiva e o emprego é reduzido à um ponto de equilíbrio que iguale poupança e investimento. Esse equilíbrio, na visão de Keynes, significa a ocorrência do desemprego involuntário em economias avançadas.

Portanto, Keynes defende que o Estado deve intervir na fase recessiva dos ciclos econômicos através da sua capacidade de imprimir moeda, aumentando a demanda efetiva e, assim, manter o pleno emprego.

Hayek tem como base para a sua tese a moeda e as flutuações econômicas. Segundo ele, o controle da economia realizado através do planejamento central do Estado resulta em totalitarismo e opressão, deixando o indivíduo numa situação de escravidão e dependência em relação a quem realiza o planejamento. Assim sendo, tal fato assemelha-se ao socialismo soviético e ao nazi-fascismo.

O planejamento central viola o Estado de Direito e a igualdade perante à lei, pois o uso da coerção é arbitrário e não faz distinção de indivíduo para indivíduo. Além de antidemocrático, o planejamento central não é capaz de decidir onde, quanto e a quem alocar recursos, ignorando a lei do *Laissez-Faire*, distorcendo preços e encorajando as pessoas a fazerem más escolhas em função das ações do Estado não serem regidas pelo consenso da maioria.

1.2. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1. Hipótese Central

No período de 2003 a 2014 o governo interveio na economia brasileira de forma a estimular a demanda conforme a teoria de Keynes, criando a recessão prevista por Hayek.

1.2.2. Hipóteses Secundárias

H1: As ideias Keynesianas mudaram fundamentalmente a teoria e prática da economia.

H2: No curto prazo, a política Keynesiana gera crescimento. No longo prazo, o intervencionismo Keynesiano gera recessão.

H3: A política liberal de Hayek, baseada no *Laissez-Faire*, estimula o próprio mercado a responder como, quando e onde alocar recursos.

H4: Hayek defende economias de longo prazo sem a intervenção do governo enquanto Keynes defende sua teoria intervencionista de curto prazo.

H5: O governo brasileiro, historicamente, optou por políticas intervencionistas.

H6: O governo brasileiro utilizou políticas Keynesianas de 2003 a 2014.

1.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

O governo brasileiro, de 2003 a 2014, adotou políticas keynesianas. A teoria de Keynes foi implantada no Brasil através do aumento radical dos gastos públicos do governo, do estímulo ao crédito por parte dos bancos, dos incentivos fiscais e das reduções das taxas de juros e câmbio. Essa política aumentou o fluxo circular de renda do país, gerando consumo e investimentos. Entretanto, o distúrbio monetário criado pela intervenção do estado cobrou o preço pelo período de luxúria quando o país deu início à maior recessão econômica da história do Brasil no final de 2014.

1.4. DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

Analisar a recessão brasileira recente sob a ótica da política Keynesiana utilizada pelo governo entre 2003 e 2014 sob o contraponto liberal de Friedrich A. Hayek.

1.4.2. Objetivos Específicos

- 1) Apresentar e mostrar que as ideias Keynesianas mudaram fundamentalmente a teoria e prática da economia.
- 2) Descrever que a política Keynesiana tende a gerar crescimento e recessão no curto e no longo prazo, respectivamente.

- 3) Verificar a política liberal de Hayek, baseada no *Laissez-Faire*, que estimula o próprio mercado a responder como, quando e onde alocar recursos.
- 4) Discutir a divergência teórica no campo econômico entre Hayek e Keynes.
- 5) Comparar a economia de longo prazo sem a intervenção do governo, defendida por Hayek, e o intervencionismo Keynesiano.
- 6) Evidenciar o intervencionismo do governo brasileiro nos governos Lula e Dilma.

2. JOHN MAYNARD KEYNES X FRIEDRICH A. HAYEK: O DEBATE DE IDEIAS

Não é incomum, dentro do amplo campo da Ciência Econômica, ver debates onde dois ou mais economistas contrapõem as suas ideias e os seus princípios. De todos os que já ocorreram, nenhum teve tanta ênfase quanto a discussão teórica entre Keynes, e o seu remédio estatal, e o liberal Hayek.

John Maynard Keynes¹, economista mais influente do século XX, compactou sua teoria na volatilidade do nível de produção e no volume de emprego. Keynes entende que tal comportamento volátil decorre, principalmente, a partir da instabilidade das expectativas em torno das decisões de investimento. Contudo, visando controlar a inflação e o desemprego, o economista propõe a intervenção por parte do Estado através da capacidade do mesmo de imprimir moeda, investir em obras públicas, reduzir impostos e fazer alterações nas taxas de juros e câmbio. Tal política, na visão de Keynes, criará demanda na economia, reduzirá o desemprego, aumentará o lucro das empresas em função da menor ociosidade das máquinas e garantirá o bem-estar social.

Friedrich August von Hayek², por outro lado, defende a liberdade econômica, pois sabe que proporcionando a população a fazer as próprias escolhas, a economia irá crescer e se desenvolver. Hayek explica, ainda, que a oferta e a demanda são plenamente capazes de responder onde, quando e como alocar recursos através do sistema de preços, alimentando o mercado com inovação, mudança e evitando qualquer desequilíbrio entre as forças do mercado.

2.1. JOHN MAYNARD KEYNES

John Maynard Keynes nasceu em 1883, em Cambridge, Inglaterra, em uma família de universitários, cultos e intelectuais, a qual serviu de referência para que Keynes fosse intelectualmente moldado e, assim, tornar-se mundialmente famoso. Segundo Wapshott (2016), seu pai foi escritor de livros de economia política e administrador da Universidade de Cambridge, e sua mãe foi a primeira mulher a ser

¹ John Maynard Keynes, nasceu em 1883, em Cambridge. Foi um economista britânico cujas ideias mudaram fundamentalmente a teoria e a prática da macroeconomia, bem como as políticas econômicas instituídas pelos governos.

² Friedrich August Von Hayek foi um Filósofo e Economista Austríaco, nascido em Viena, em 1889. Considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de Economia, foi defensor do liberalismo clássico no século XX e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1974.

prefeita da mesma cidade. Aluno ativo e sempre envolvido em assuntos cujo interesse é público, Keynes iniciou seu ciclo de estudos no Eton, colégio aristocrata inglês. Graduou-se em matemática tendo recebido diversas medalhas por honra e mérito pelo seu desempenho e conhecimento sobre o assunto. Em função de tal feito, o britânico recebeu uma bolsa de estudos na Universidade de Cambridge, onde decidiu cursar Economia sendo aluno do notável Economista Alfred Marshall³.

Após graduar-se com destaque em Ciências Econômicas, em 1906 Keynes tornou-se Ministro dos Negócios da Índia, tendo passado dois anos na Ásia. Retornou em 1908 para lecionar Economia em Cambridge, onde foi professor até 1915.

Durante e após a Primeira Guerra Mundial, viveu períodos conturbados e, segundo Keynes (2002), saiu do seu emprego no Tesouro Britânico, em 1916, e, posteriormente, renunciou ao cargo de conselheiro da delegação britânica nas negociações de paz, em 1919, por não concordar com o que estava sendo imposto à Alemanha no Tratado de Versalhes.

Para Keynes, o diabo do tratado estava, de fato, no detalhe. A Alemanha teria que devolver Alsácia-Lorena, rica em carvão, que havia tomado na guerra franco-prussiana de 1870, assim como as províncias de mineração de carvão do Saar e da Alta Silésia. Keynes achava que “a entrega do carvão destruirá a indústria alemã”. (WAPSHOTT. 2016, p. 25)

Após esse período e em função do mesmo, Keynes publicou o que seria uma de suas mais famosas obras: *As Consequências Econômicas da Paz*.

Escreveu *The Economic Consequences of the Peace* num ritmo impetuoso. Seu ponto de vista em geral era que as conversações de paz não eram nada disso. A volúpia da vingança e o desejo de ver a Alemanha permanentemente humilhada por provocar o que chamou de “guerra civil europeia” provavelmente causaria outro conflito mundial. (WAPSHOTT. 2016, p. 25)

A partir de então, após a primeira guerra mundial, Keynes afastou-se da economia ortodoxa⁴ por entender que o *Laissez-Faire*⁵ não era capaz de solucionar a

³ Alfred Marshall nasceu em Londres, em 1842, e foi um dos mais influentes economistas do seu tempo.

⁴ Economia ortodoxa é uma expressão que se refere às teorias econômicas predominantemente ensinadas nas universidades.

⁵ A lei do *Laissez-Faire* é uma expressão simbolizante do Liberalismo Econômico, que explica que o mercado deve funcionar livremente e sem interferência, apenas com regulamentos que protejam direitos de propriedade.

inflação e o desemprego dos países no período pós-guerra, passando a defender a economia heterodoxa⁶ e a intervenção estatal.

Portanto, em condições de *laissez-faire*, talvez seja impossível evitar grandes flutuações no emprego sem uma profunda mudança na psicologia do mercado de investimentos, mudança essa que não há razão para esperar que ocorra. Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento. (KEYNES. 1982, p. 221)

Para fortalecer seu pensamento de que cabe ao governo intervir na economia com o intuito de estabilizar preços e, assim, garantir o bem-estar social e o pleno emprego, Keynes publicou, em 1936, aquilo que seria sua principal e mais famosa obra: *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*⁷. Segundo Hugon (1980), o Economista Britânico explica que o nível de emprego é determinado pelos gastos por parte da demanda e não pelos preços do trabalho.

Após a publicação da *Teoria Geral*, Keynes foi alvo de diversas críticas por parte dos economistas neoclássicos, mas, ao mesmo tempo, seu livro foi alvo de elogios no âmbito macroeconômico e foi responsável por mudar o rumo da humanidade bem como as políticas implementadas pelos governos daquela época.

Keynes retornou, então, ao seu emprego no Tesouro Britânico, em 1937, estando presente, segundo Keynes (2002), na conferência que originou o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional representando a Inglaterra em Bretton Woods, em 1944. John M. Keynes veio a falecer, em 1946, vítima de um ataque cardíaco.

2.2 A TEORIA DE JOHN MAYNARD KEYNES

A teoria geral de Keynes tem o intuito de explicar e solucionar os principais problemas de qualquer economia a fim de mantê-los sob controle, que são: desemprego e inflação.

Keynes explica que o desemprego é identificado por uma insuficiência na demanda global. Isso acontece quando os níveis de renda são comparados aos níveis

⁶ Economia heterodoxa refere-se a abordagens ou escolas de pensamento econômico que são consideradas fora da economia ortodoxa.

⁷ *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* é um livro de autoria do economista britânico John Maynard Keynes, publicado em 1936..

de poupança. O aumento da renda agregada aumenta a poupança, fazendo com que esse dinheiro parado retraia o fluxo circular de renda⁸ e, assim, inicie um novo período de depressão econômica.

Quando a poupança excedesse o investimento, a atividade econômica declinaria; se ocorresse o contrário, a atividade econômica expandir-se-ia. (FUSFELD. 2001, p. 171)

Keynes complementa dizendo que caso esse dinheiro não seja poupado, a demanda agregada aumentaria, diminuindo os estoques das empresas em função da menor ociosidade das máquinas. Por consequência, a renda da população seria elevada e esse processo geraria maior lucro aos empresários.

Note-se que a queda inicial da demanda é ocasionada não por queda de renda corrente, mas sim por antecipação de um evento futuro. Então, o que fazer hoje com a renda, o lucro, e, portanto, com a poupança gerada no momento imediatamente anterior à queda do investimento? Não seria inevitável que essa renda se transformasse em demanda de outros bens, de consumo ou de investimento? Na resposta a essas questões ocorre o rompimento de Keynes com os ensinamentos da Lei de Say. Para Keynes, a preferência pela liquidez ou pela manutenção de “ativos líquidos” (moeda em circunstâncias de queda de preços, como ocorreu na década dos 30, ou outros ativos com expectativa de rentabilidade real positiva em situações inflacionárias) pode, em circunstâncias como a anunciada, constituir-se numa alternativa vantajosa à demanda de novos equipamentos ou de bens de consumo. (KEYNES. 1982, p.14-15)

Assim sendo, o Economista Britânico estabelece alguns pontos para controlar a falta de empregabilidade: o primeiro ponto é estimular a demanda através da redução da carga tributária e da taxa de juros, aumentando o poder de compra da população e elevando o nível de investimentos por parte das empresas, respectivamente. O segundo ponto parte da elevação dos gastos públicos por parte do Estado, a fim de criar novos investimentos em infraestrutura.

A respeito do déficit, é necessário fixar um ponto importante. Um déficit pode ocorrer tanto por aumento de despesas quanto por queda de tributos. Numa situação de depressão, no entanto, só o aumento de despesas garante o aumento da demanda efetiva; queda na tributação pode gerar, simplesmente, maior demanda de ativos líquidos. (KEYNES. 1982, p. 15-16)

⁸ O fluxo circular de renda é um modelo que explica, através da macroeconomia, a interação entre os agentes de uma economia de forma agregada, levando em consideração dois agentes principais que são as empresas e as famílias.

Keynes ainda critica o equilíbrio de mercado⁹, criado por Alfred Marshall, teoria que, segundo Marshall (1982), explica que, no longo prazo, a oferta e a demanda estarão no mesmo nível.

Ao diagnosticar a relação entre dinheiro e preços através do tempo, Keynes concluiu que, no longo prazo, deveria haver uma relação constante entre quantidades de moeda em um sistema de preços estáveis. (WAPSHOTT. 2016, p. 41)

Durante a sua vida, o economista Britânico viveu períodos de hiperinflação. Nesses momentos, Keynes notou que as pessoas que possuíam um bom padrão de vida, inclusive com grandes poupanças, se tornaram pobres em função da inflação acabar com o poder de compra das mesmas.

No entanto, esse longo prazo é um guia enganoso para os assuntos atuais, argumentou, porque o que mudava os preços em relação à quantidade de moeda ao longo do tempo era a velocidade em que o dinheiro era gasto (a velocidade de circulação), que poderia alterar os preços fora de proporção com a quantidade de moeda. Embora o equilíbrio dependesse do longo prazo, asseverava Keynes – e essa se tornaria uma de suas mais famosas observações -, no longo prazo estaremos todos mortos. (WAPSHOTT. 2016, p. 41)

Portanto, Keynes defende a não poupança, de forma que esse dinheiro circulando na economia irá contribuir para o aumento da renda agregada, antes que a inflação corra o poder de compra da população e, assim, garantir maior empregabilidade ao país.

2.2.1 A Crítica de Keynes à Economia Clássica

A Escola Clássica de Economia recebeu esse nome por ser a primeira escola de pensamento econômico moderno. Entre seus participantes estão Adam Smith¹⁰,

⁹ O mercado de um bem encontra-se em equilíbrio quando há equivalência entre oferta e a demanda desse bem, ou seja, quando as quantidades oferecidas são iguais às quantidades procuradas.

¹⁰ Adam Smith foi um Filósofo e Economista Britânico, nascido em 1723, na Escócia. Conhecido como Pai da Economia Moderna, é considerado o mais importante teórico do Liberalismo Econômico.

Jean-Baptiste Say¹¹, Thomas Malthus¹², David Ricardo¹³, John Stuart Mill¹⁴, entre outros.

Conhecido como o pai da economia moderna, Adam Smith, fundador da Escola Clássica, era adepto ao capitalismo de forma que, segundo Smith (1983), a fim de potencializar os ganhos desse sistema, criou o liberalismo econômico¹⁵. Smith entende que, para a iniciativa privada crescer e se desenvolver, deve haver total liberdade econômica, ou seja, a intervenção estatal não deve existir.

A riqueza de uma nação cresce à medida que ela aprende a competir no livre mercado. Apesar da impossibilidade do comércio absolutamente livre, as ideias de Smith sobre o mercado continuam a ser o santo-e-senha de nosso "mundo livre" moderno. Aqui a noção de "livre" é intencionalmente embaçada: refere-se tanto ao comércio quanto às liberdades civis. (STRATHERN. 2003, p. 98)

A livre concorrência entre os empresários, consoante Adam Smith, seria responsável por regular o mercado através da mão invisível¹⁶, alocando os recursos de forma eficiente e provocando a queda de preços por meio do aumento da oferta em função da competitividade entre as empresas.

Nessas teorias, estava sempre presente um tema que Smith discutiu com mais detalhes em sua teoria econômica: era o de que, embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta e estritamente em proveito próprio ou da classe à qual pertencessem, e muito embora o conflito individual e o conflito de classes parecessem, à primeira vista, resultar desses atos, havia, nas "leis da natureza" ou na "divina providência", o que Smith chamava de "mão invisível", que guiava esses atos, que aparentemente provocavam conflitos, na direção da harmonia benevolente. A "mão invisível" não era fruto do desígnio de qualquer indivíduo. Era, simplesmente, o funcionamento sistemático de leis naturais. Essa é, inquestionavelmente, a maior incongruência – senão a maior contradição – da obra de Smith. (HUNT. 2005, p. 41)

¹¹ Jean Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês, formulador da chamada a Lei de Say.

¹² Thomas Robert Malthus foi um economista britânico. É considerado o pai da demografia por sua teoria para o controle do aumento populacional, conhecida como malthusianismo.

¹³ David Ricardo (1772-1823) foi um economista, político britânico e um dos mais influentes economistas clássicos.

¹⁴ John Stuart Mill (1806-1873) foi um filósofo e economista britânico. É considerado por muitos como o filósofo de língua inglesa mais influente do século XIX.

¹⁵ O liberalismo econômico é uma ideologia baseada na organização da economia em linhas individualistas, o que significa que o maior número possível de decisões econômicas são tomadas por indivíduos e não por instituições ou organizações coletivas.

¹⁶ Mão invisível foi um termo introduzido por Adam Smith em A Riqueza das Nações para descrever como, numa economia de mercado, apesar da inexistência de uma entidade coordenadora do interesse comunal, a interação dos indivíduos parece resultar numa determinada ordem, como se houvesse uma "mão invisível" que orientasse a economia. A "mão invisível" a qual o filósofo iluminista mencionava fazia menção ao que hoje chamamos de "oferta e procura".

Smith explica, ainda, que as inovações tecnológicas e o ganho de produtividade seriam contemplados pela divisão do trabalho¹⁷, melhorando a qualidade dos produtos, aumentando o ritmo de produção e gerando bem-estar social aos trabalhadores.

Para esses trabalhadores, o valor da “mão invisível” e do “sistema óbvio e simples de liberdade natural” parece muito afastado. Além do mais, quando se considera que o governo existe para “proteger os ricos dos pobres”, que é usado como principal meio para os capitalistas sobrepujarem os trabalhadores em suas lutas por salários, e que os capitalistas usam todos os meios à sua disposição – inclusive o governo – para garantir e proteger seus monopólios, fica-se pensando como Smith esperava que se alcançasse o “sistema de liberdade natural”, no qual o governo só tivesse três deveres e a “mão invisível” dirigisse todos os atos egoístas e gananciosos para um todo harmonioso e mutuamente benéfico. (HUNT. 2005, p. 59)

A partir de então, Jean-Baptiste Say, discípulo de Adam Smith, foi o responsável por acrescer uma importante teoria à Escola Clássica: um estudo sobre os níveis de produção e emprego. Segundo Fustfeld (2001), todos já estavam convencidos de que seria o livre mercado quem alocaria os recursos através da mão invisível, ajustando a produção aos desejos e as necessidades dos consumidores. Entretanto, ninguém sabia se o mercado livre seria capaz de manter o pleno emprego.

Neste período, em 1815, a conjuntura econômica era instável em função da instabilidade criada a partir de períodos de expansão e retração na economia. Partindo do pressuposto, segundo Say (1983), de que as firmas realocavam a produção em função das quedas nos preços em alguns setores e aumento em outros, criou-se a Lei dos Mercados ou, como ficou mundialmente conhecida, a Lei de Say¹⁸.

Na visão do economista francês contemporâneo Jean-Baptiste Say, o sistema capitalista nunca poderia ruir porque era essencialmente auto-regulador. Ele havia formulado uma lei, ainda conhecida como Lei de Say, que continuaria a ser o pensamento ortodoxo sobre mercados por muito mais de um século. Em termos simples, essa lei declarava que a “oferta cria sua própria demanda”. Em outras palavras, o valor de todas as mercadorias produzidas será sempre igual ao valor de todas as mercadorias compradas. Assim, jamais poderia haver uma superprodução geral — resultando num “superabastecimento geral” de bens não comprados. (Em termos modernos, esse estado de coisas é designado como depressão ou recessão, quando o

¹⁷ Criada por Adam Smith, a divisão do trabalho parte da especialização de funções que permite a cada pessoa criar, usar e acentuar, com máxima vantagem, o trabalho cooperativo em tarefas específicas e delimitadas, com o objetivo de aumentar a eficiência da produção.

¹⁸ A Lei de Say também conhecida como Lei dos mercados de Say decorre do modelo que mantém oferta e demanda em identidade com a explicação sobre o funcionamento dos mercados, ou seja, a oferta cria a demanda.

mercado está inundado de um excesso de mercadorias e não há ninguém para comprá-las). Podia, é claro, haver “superabastecimentos parciais”. Say considerava, contudo, que qualquer superabastecimento parcial seria logo remediado pelas forças do mercado — como as promovidas pelos vendedores ao reduzir os preços para esvaziar o mercado de mercadorias encalhadas. (STRATHERN. 2003, p. 113)

A explicação de Say de que toda a oferta cria sua própria demanda foi rapidamente aceita pelas economistas clássicos, tornando-se a resposta dos mesmos às crises econômicas predominantes da época.

Após um longo período, mais precisamente após a primeira guerra mundial, John Maynard Keynes se opôs à Lei de Say de forma crítica criando o Keynesianismo¹⁹, por entender que tanto essa lei quanto o *Laissez-Faire* não estavam sendo capazes de solucionar os problemas econômicos dos países no período pós-guerra.

A influência do emprego sobre o equilíbrio econômico parecia a Keynes tanto mais importante quanto, de fato, teve a oportunidade de assistir, na Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, ao aparecimento de um desemprego sem precedentes, de graves consequências econômicas e sociais. (HUGON. 1980, p. 406)

O conjunto da teoria clássica não agradara mais à Keynes. Contudo, segundo Wapshott (2016), discordando do equilíbrio do mercado de trabalho, de capitais, de mercadorias e do funcionamento da lei de oferta e demanda, o economista britânico formulou o seu próprio estudo econômico, tomando por base os seus princípios e a sua nova concepção, presente, de forma explicativa, na sua obra: *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

2.2.2. O Princípio da Demanda Efetiva

A demanda efetiva teve origem a partir de dois pontos históricos: a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929. Ambos os períodos causaram recessões econômicas e, em função das crises aliadas ao fato de que a teoria clássica não estava sendo capaz de resolver o desemprego, John M. Keynes apresentou a demanda efetiva, constituindo-se em um dos princípios do Keynesianismo.

¹⁹ Keynesianismo é o conjunto de medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes que defendia, dentro do capitalismo, a necessidade de uma forte intervenção econômica do Estado com o objetivo de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação.

A ineficácia total dos diferentes instrumentos preconizados pela economia ortodoxa com vista à superação das crises da economia, e os cada vez mais prolongados períodos de depressão, levaram Keynes à ruptura definitiva com tal paradigma. (CEPEDA. 1986, p. 29)

As recessões econômicas desses períodos apresentaram uma grande distância entre os níveis de demanda e oferta em função do desemprego. Segundo Prebisch (1998), o excesso de oferta aliado ao montante aplicado em poupança pelas famílias era o principal problema.

A demanda efetiva Keynesiana nada mais é do que o determinante entre a renda das famílias e o produto agregado, ou seja, segundo Lima e Sicsú (2003), é um conceito de demanda com o intuito de igualá-la à oferta. Partindo deste pressuposto, Keynes identificou que, ao contrário do que os economistas clássicos afirmavam através da Lei de Say, não é a oferta quem cria a demanda, mas sim a demanda é quem cria a oferta.

A máxima de que “a oferta cria sua própria procura” significa que todo aumento do emprego conduzirá a uma quantidade adicional de rendimento suficiente para induzir os empresários a oferecer o emprego adicional. Se tal máxima fosse válida, a procura agregada e a oferta agregada seriam iguais para todas as quantidades de emprego. (DILLARD. 1986, p. 31)

Assim sendo, Keynes entendeu que o emprego depende totalmente da demanda agregada, separada em duas etapas pelo economista Britânico: na esfera pública, segundo Fustfeld (2001), a demanda depende dos gastos públicos e dos investimentos em infraestrutura. No setor privado, a mesma depende de alterações nas taxas de juros, câmbio, tributação e no retorno esperado por novos investimentos.

Na visão de Keynes, consumo gera consumo, ou seja, a demanda efetiva, caso adotada pelo Estado, será plenamente capaz de dissolver a oferta excessiva, igualando a demanda à oferta em função do aumento do fluxo circular de renda. Esse conceito, também criado por Keynes, é conhecido como Multiplicador Keynesiano²⁰.

²⁰ O multiplicador keynesiano é um conceito de investimento. Quando um investimento é feito, ele permite um aumento proporcional ao seu tamanho na produção e, por consequência, haverá um impacto maior sobre os ganhos. As receitas são então usadas de duas maneiras: poupança e gastos. A parte poupada fica por um tempo indefinido fora do fluxo do consumo enquanto a outra parte é reiterada, estimulando a produção. O estímulo da demanda por investimento depende da propensão a poupar dos agentes econômicos. Quanto maior a parcela da renda for gasta, maior será a produção estimulada.

2.2.3. A Teoria Geral da Taxa de Juros e do Emprego

John Maynard Keynes criou, também, uma nova concepção sobre a taxa de juros e sobre a taxa do emprego de forma interligada com o seu princípio da demanda efetiva e com a sua própria definição de renda, poupança e investimento.

A taxa de juros, conforme a teoria clássica, é quem equilibra o investimento à poupança. Segundo Hunt (2005), os juros são o preço pago, nos mercados, pelo uso do capital, estabelecendo um equilíbrio entre a demanda global de capital e a taxa de poupança.

Quando a economia está recessiva, ou seja, com alto desemprego, a incerteza interfere nas decisões dos agentes econômicos, gerando uma propensão, por parte das famílias, a deixar parte da sua renda aplicada em poupança.

Keynes vai mais longe na sua análise da poupança. Para ele, uma decisão de poupar produz um enfraquecimento da propensão ao consumo, com efeitos diretos e deprimentes no emprego. Se a redução do consumo for durável, verificar-se-á uma diminuição do investimento, com as normais consequências de diminuição do rendimento e do emprego. (CEPEDA. 1986, p. 81)

Na visão de Keynes, a taxa de juros, num período de crise, não pode ser determinada, segundo Dillard (1986), como uma impaciência intertemporal. Em outras palavras, os juros recebidos pela poupança não podem ser uma recompensa pelo fato das pessoas não consumirem.

Um aumento da taxa de juro significa que se paga uma recompensa maior para que outros não entesourem. E estes, que se não dariam por satisfeitos se as suas reservas lhes saíssem das mãos a certo preço, irão cedê-las perante a elevação da taxa de juro. Se o juro não aumenta, quando aumenta a preferência pela liquidez, a quantidade total de dinheiro que as pessoas desejariam ter ao juro existente será superior à oferta disponível; se o juro não diminui, quando desce a preferência pela liquidez, haverá um excesso de dinheiro que não é desejado por ninguém. Nesta perspectiva, se a taxa de juro tende a ser demasiado alta ou demasiado baixa, observar-se-á um ajustamento no ponto em que a procura iguala a oferta disponível. (CEPEDA. 1986, p. 42-43)

Tal processo acaba por criar o entesouramento Keynesiano, conceito criado para relacionar a taxa de juros à taxa de poupança.

Se as pessoas quisessem economizar mais dinheiro do que o empresariado se sentia confiante para investir, isso só podia resultar em recessão e desemprego. (STRATHERN. 2003, p. 233)

A poupança mantida na forma de moeda pelas pessoas fará com que as mesmas não recebam nenhuma remuneração pelo seu não consumo, ou seja, elas irão consumir. Com isso, o fluxo circular de renda irá se expandir e, por consequência, os empresários se sentirão confiantes para investir.

2.2.4. Definição de Renda, Poupança e Investimento.

Ainda sob a ótica da demanda efetiva, Keynes relacionou, juntamente com Kalecki²¹, renda, poupança e investimento. O pensamento do economista Britânico, segundo Hansen (1987), consiste na poupança não como pré-requisito ao investimento, como explicam os economistas Clássicos, mas sim como o resultado do mesmo. Para que tal fato ocorra, Keynes defende a intervenção por parte do Estado de maneira permanente, explicitando que o mesmo deve adotar políticas monetárias com o intuito de estimular o emprego e a produção.

Convém que o Estado exerça sua influência sobre a “preferência pela liquidez”. Uma política monetária e fiscal adequada não deve fomentar o entesouramento estéril, mas, sim, estimular as despesas suscetíveis de aumentar o emprego. As despesas a fomentar serão, então, as de consumo e, sobretudo, as de investimento. (HUGON. 1980, p. 411)

Em uma economia monetária, o investimento depende de financiamento e não da disponibilidade de produto não consumido, isto é, acesso aos meios de pagamento. O sistema financeiro, para tanto, precisa ser capaz de colocar nas mãos dos investidores os meios de compra necessários para que as encomendas possam ser feitas junto aos produtores de bens de investimento, ou seja, a produção de bens de investimento seria efetuada em resposta a uma demanda por estes tipos de bens.

Seguindo essa lógica, Keynes criou um conceito chamado “a preferência pela liquidez”.

²¹ Michal Kalecki nasceu na Polônia, em 1899, e foi um economista marxista especializado em macroeconomia. É referido com um dos economistas mais destacados do século XX e às vezes lembrado como o “Keynes da esquerda”, pois desenvolveu muitas das teorias ditas Keynesianas antes de Keynes e de um ponto de vista marxista.

A própria curva da preferência pela liquidez depende, pois, de quanto da nova moeda é absorvido na circulação da renda e de produtos industriais, que, por sua vez, dependem da proporção em que aumenta a demanda efetiva e da maneira como se divide o aumento entre a alta de preços, a alta dos salários e o volume de produção e de emprego. (KEYNES. 1983, p. 206-207)

A liquidez de um ativo é definida, de forma instantânea, como a propriedade de transformação do mesmo em outra mercadoria. Assim sendo, a liquidez mede a flexibilidade que um ativo dá ao seu detentor. A moeda, por exemplo, é considerada o ativo líquido por excelência, ou seja, ela é imediatamente conversível no meio de pagamento.

O conceito Keynesiano da preferência pela liquidez consiste, necessariamente, na menor taxa de poupança para criar demanda. Na prática, a poupança reduz o consumo e, na visão de Keynes, esse é um dos motivos do desemprego.

O aumento de poupança das famílias, preconizado pelos clássicos como uma das condições para sair da depressão, foi criticado por Keynes, para quem tal poupança não passava de simples entesouramento que não conduz ao investimento, mas sim ao aumento do desemprego. Era já o embrião da sua preferência pela liquidez na qual, mais tarde, fez assentar a teoria dos juros, conceito teórico dos mais anticlássicos de toda a sua obra. (CEPEDA. 1986, p. 30)

Keynes entende, então, que o Estado deve intervir monetariamente na economia reduzindo as taxas de juros. Dessa forma, não será mais viável deixar parte da renda, ou seja, a poupança, nos bancos. Esse dinheiro sendo utilizado pelas famílias única e exclusivamente para o consumo, será responsável por reduzir o excesso de oferta, aumentando a produção de novos bens de consumo e de serviços em função do aumento da demanda. Tal processo aumentará o fluxo circular de renda do país e reduzirá o desemprego.

A teoria geral de Keynes é um guia utilizado para sair de grandes depressões. Na visão do economista Britânico, a intervenção estatal deve estimular o aumento dos gastos da demanda para criar condições de pleno emprego. Contudo, as reduções nas taxas de juros e nos tributos conduzirão as pessoas ao consumo, criando novos investimentos por parte dos empresários. Na esfera privada, os gastos públicos em obras de infraestrutura também contribuirão em função da maior circulação de moeda.

Todo esse processo criará novos empregos, reduzindo a oferta excessiva em função do aumento da demanda agregada e garantindo o bem estar social devido ao aumento do fluxo circular de renda gerado pela política monetária expansionista.

2.3. FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK

Friedrich August Von Hayek nasceu em Viena, Áustria, em 1899, descendente de uma família nobre. Segundo Wapshott (2016), o pai de Hayek, August, era médico e professor universitário. Mesmo com influência em casa, o jovem vienense era mau aluno e, em função de seu comportamento preguiçoso aliado ao fato dele discutir com professores, Hayek foi afastado da escola em duas oportunidades.

Apesar do comportamento arisco, o austríaco tinha o hábito da leitura por influência de seu pai e seu primo, o filósofo Ludwig Wittgenstein. Hayek tinha interesse em psicologia, filosofia, ética e, segundo Wapshott (2016), depois que seu amigo lhe emprestou um livro de economia, Friedrich descobriu aquilo que seria a paixão de sua vida.

Seus estudos foram interrompidos em função da Primeira Guerra Mundial, quando ele serviu ao exército austro-húngaro. Segundo De Soto (2010), após a guerra, Hayek retornou à sua cidade natal e inscreveu-se no curso de economia da Universidade de Viena onde, posteriormente, também estudou filosofia. Aos 23 anos, além de economista e filósofo, Hayek também já era doutor em direito e economia política pela mesma instituição de ensino.

Durante o doutorado, Hayek começou a se familiarizar com a Escola Austríaca²² de Economia, criada por Carl Menger²³ em 1871.

Quando Hayek começou a estudar economia, a escola austríaca não era tão distinta quando se tornaria depois de confrontar os marxistas que emergiram após a Primeira Guerra Mundial, quando começou a promover as virtudes de deixar o livre mercado sozinho, a abordagem dos *laissez-faire* para a economia. A escola austríaca preocupava-se especialmente com os preços, em particular o “custo de oportunidade” de um produto, isto é, as alternativas entre as quais os consumidores escolhem ao comprar bens que competem entre si. (WAPSHOTT. 2016, p. 34)

Neste período, Hayek conheceu Ludwig von Mises²⁴ e, sobre sua orientação, iniciou suas pesquisas sobre ciclos econômicos. Segundo De Soto (2010), Hayek

²² A Escola Austríaca é uma escola de pensamento econômico que enfatiza a organização espontânea do mecanismo de preços.

²³ Carl Menger (1840-1921) foi um economista austríaco, fundador da escola austríaca. Desenvolveu uma teoria subjetiva do valor, a teoria da utilidade marginal, ligando-a à satisfação dos desejos humanos.

²⁴ Ludwig Heinrich Edler von Mises (1881-1973) foi um economista teórico de nacionalidade austríaca e, posteriormente, americana, que foi membro da Escola Austríaca de pensamento econômico. É conhecido principalmente pelo seu estudo dedutivo das ações e escolhas humanas.

iniciou sua pesquisa como diretor do Instituto Austríaco do Ciclo Econômico baseado no fato de que o mercado possui uma ordem independente de um planejamento central.

O importante para Hayek são, portanto, as variações que o crescimento monetário induz sobre os preços relativos (mais concretamente, sobre os preços das distintas etapas dos bens de capital e sobre os preços dos bens de consumo), fenômeno este que tende a ser obscurecido e ignorado pela teoria quantitativa da moeda, que apenas se fixa nos efeitos que as variações monetárias têm sobre o nível geral dos preços. (DE SOTO. 2010, p. 112)

Logo após esse período, em 1931, ministrou palestras na *London School of Economics* onde, posteriormente, tornou-se professor de economia e estatística.

Durante sua passagem por Londres e até o final de sua vida, Hayek criticou todo e qualquer tipo de intervencionismo. Em especial, foi o responsável por se opor à Keynes em um momento em que o mundo migrava para o Keynesianismo.

É importante realçar que quando Hayek chegou à Inglaterra em 1931, dispunha de instrumentos analíticos muito superiores aos dos seus colegas ingleses e em geral ao de Keynes em particular. (DE SOTO. 2010, p. 111)

Em 1944, ainda como crítica ao socialismo, ao keynesianismo e, portanto, ao intervencionismo, Hayek publicou o que seria, posteriormente, sua principal obra: *O Caminho da Servidão*.

Além disso, para Hayek, a “medicina” keynesiana para sair da Grande Depressão não era mais do que “pão para hoje e fome para amanhã”. De fato, todo o incremento artificial da procura agregada provocará graves distorções na estrutura produtiva e apenas poderá gerar um emprego precário que, a prazo, se revelará estar dedicado a atividades não rentáveis e que portanto dará origem a um desemprego ainda maior. (DE SOTO. 2010, p. 117)

Neste livro, Hayek contemplou a relação entre indivíduos, mercado e estado e, segundo Fustfeld (2001), o individualismo mercadológico aliado à filosofia libertária devem ser a base para o funcionamento do mercado.

Em 1950, transferiu-se para Chicago onde assumiu a Cátedra da Universidade da mesma cidade e, durante o mesmo período, estudou psicologia. Logo após retornou à Europa, onde foi professor na Universidade de Friburgo e Salzburgo.

Já aposentado, em 1974, publicou um trabalho sobre a teoria da moeda e flutuações econômicas e pela análise penetrante da interdependência dos fenômenos

econômicos, sociais e institucionais, o qual rendeu-lhe o Prêmio Nobel de Economia no ano.

Hayek, após esse período, publicou mais alguns livros sempre criticando o socialismo e a intervenção estatal de forma relacionada entre economia, política e filosofia, até falecer, em 1992.

2.4. A TEORIA DE FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK

Seguidor da doutrina de Adam Smith, Friedrich A. Hayek é um dos principais representantes da Escola Austríaca de Economia. Sua teoria concentra-se na política monetária e nos ciclos econômicos.

Hayek caracteriza a economia como um processo de ajuste no tempo que coordena os planos e as ações dos indivíduos. Em acordo com a lei do *Laissez-Faire*, o Economista e Filósofo Austríaco explica que o sistema de preços transmite e comunica, através de uma cadeia, as informações de uma parte do mercado para a outra.

Os preços são sinais. A competição é um processo incontável, gerado por ações individuais tomadas em resposta às informações obtidas no próprio mercado. (FUSFELD. 2001, p. 267-268)

Hayek complementa dizendo que tanto os planos quanto as decisões empresariais reagem a tais informações geradas pelo mercado, alimentando-o de volta com inovação e mudanças. Tal ordem coordena o mercado dentro de um contínuo processo de mudança e progresso.

Hayek afirmou que a economia de mercado alcança uma ordem espontânea e não planejada, que se origina das ações conscientes e únicas dos indivíduos. O entendimento dos complexos fenômenos de mercado deve ser fundamentado sobre essa base. (FUSFELD. 2001, p. 267)

Como crítica ao socialismo e, mais ainda, a todo e qualquer tipo de intervencionismo, Hayek explica que a intervenção, por parte do estado, irá gerar uma recessão econômica, além de violar o estado de direito, pois o uso da coerção é arbitrário e não faz distinção de indivíduo para indivíduo, satisfazendo e atendendo apenas aos interesses de uma pequena elite dirigente.

E considera a competição como superior não somente por ser ela na maioria das circunstâncias o método mais eficiente que se conhece, mas sobretudo por ser o único método dentro do qual nossas atividades podem se harmonizar sem a intervenção coerciva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, um dos principais argumentos em favor da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente” e dá aos indivíduos oportunidade para decidir se as perspectivas de determinada atividade são suficientes para compensar as desvantagens e riscos que dela podem resultar. (HAYEK. 1977, p. 35)

Contudo, Hayek explica que a intervenção irá provocar um desequilíbrio entre a oferta e a demanda. A política monetária expansiva irá criar um excesso de agregação, desestabilizando o sistema de preços por afetar a taxa de juros do mercado, criando um *boom* de investimentos e empregos no curto prazo. Assim sendo, o distúrbio monetário criará e alocará recursos que não teriam existido sem essa interferência, tornando a demanda agregada superior à oferta agregada, gerando inflação e desemprego no longo prazo.

2.4.1. Prosperidade Individual e a Ordem Espontânea do Mercado

A teoria de Friedrich August Von Hayek parte justamente da sua principal contribuição para a filosofia e para a ciência econômica: a ordem espontânea do mercado. De forma simplista, essa ordem, coordenada através de uma prosperidade individual e, ao mesmo tempo, descentralizada, transmite conhecimentos adquiridos por uma herança cultural como resultado da evolução da ação não planejada de diversos fatores da sociedade.

A constatação de que os esforços empreendidos pelos indivíduos de modo espontâneo e não dirigido pela autoridade eram capazes de produzir uma complexa ordem de atividades econômicas só poderia ocorrer depois que esse processo de desenvolvimento tivesse avançado até certo ponto. A elaboração de uma tese coerente de defesa da liberdade econômica resultou do livre desenvolvimento das atividades econômicas que tinham sido um subproduto imprevisto e não planejado da liberdade política. (HAYEK. 1977, p. 16)

A ordem espontânea parte do iluminismo escocês²⁵ de Adam Smith, sendo o livre mercado o precursor dela. Assim sendo, Hayek critica as sociedades que

²⁵ O Iluminismo Escocês foi o período, no século XVIII, Escócia, caracterizado por um grande aparecimento de intelectuais e obras científicas, rivalizando com qualquer outra nação, em qualquer momento da história. O que tornou ainda mais notável foi que ela teve lugar num país que estava entre os mais pobres e era considerado um dos mais atrasados da Europa Ocidental, antes dessa data.

controlam e planejam, na economia e na política, todos os aspectos desse conhecimento vindo da sociedade.

Em uma economia de mercado, apenas as regras básicas e abstratas são aplicadas – sobretudo, as leis de propriedade, contrato e responsabilidade civil, combinadas com sanções penais contra a violência, roubo e fraude. E essas regras são praticamente todas negativas, no sentido de que elas não informam os indivíduos sobre o que fazer, mas, sim, sobre o que não fazer. O resultado é que cada indivíduo tem grande margem para formular seus próprios projetos de vida – e grande margem para escolher como concretizar seus projetos – sem antes ter que obter permissão de alguma autoridade. (BOUDREAUX. 2017, p. 45)

Hayek entende e enfatiza que a complexa estrutura da sociedade atual superou qualquer outra estrutura que viesse a ser planejada por meio de uma organização intencional, justamente por não depender de nenhum tipo de planejamento. Ao contrário, a sociedade atual chegou ao estágio moderno justamente através da ordem espontânea. As escolhas individuais de cada consumidor guiaram a oferta do mercado que, por sua vez, atendeu as necessidades da demanda, gerando um processo incontrolável de inovação e mudança.

2.4.2. Conhecimento e Preços

O estudo de Hayek sobre o conhecimento que os preços transmitem para a sociedade está diretamente ligado à ordem espontânea do mercado.

Enquanto os economistas clássicos e neoclássicos centravam sua atenção sobre o valor dos objetos, explicado em termos de insumos de trabalho ou custo de produção, Hayek, na tradição de Menger e Mises, enfocava que os indivíduos tomando parte no processo de determinação do valor: os preços dos objetos e seus usos só podiam ser entendidos em termos de propósitos humanos individuais. (FUSFELD. 2001, p. 267)

Hayek explica, então, que os consumidores não precisam saber como os produtos são produzidos. Caso haja uma chuva que prejudique a produção de determinada marca de café, por exemplo, e, por consequência, reduza a oferta dele, o preço do produto irá subir. As pessoas que consomem esta mesma marca irão substituir tal item por outro semelhante.

Importa agora realçar que, como consequência de todo o ato de empresarialidade, produzem-se três efeitos de extraordinária importância. Em primeiro lugar, a função empresarial cria nova informação que antes não existia. Em segundo lugar, esta informação é transmitida através do mercado. Em terceiro lugar, como consequência do ato empresarial, os agentes económicos implicados aprendem a atuar cada um em função das necessidades dos demais. Estas consequências da empresarialidade, tal como foram elaboradas analiticamente pelos autores da Escola Austríaca, são tão importantes que merecem ser estudadas com maior detalhe uma a uma. (DE SOTO. 2010, p. 39)

Contudo, Hayek elucidou que é através da ordem espontânea aliada ao fato dos sinais transmitidos pelo sistema de preços que o mercado será conduzido. As pessoas tomarão decisões como se possuíssem uma gigantesca quantidade de informações sobre os bens e serviços que elas necessitam única e exclusivamente através do preço deles.

Em segundo lugar, é preciso abandonar a teoria funcional da determinação dos preços e substituí-la por uma teoria dos preços que explique como estes se formam dinamicamente em resultado de um processo sequencial e evolutivo movido pela força da função empresarial; ou seja, pelas ações humanas dos agentes implicados, e não pela intersecção de curvas ou funções mais ou menos misteriosas mas em todo o caso carentes de existência real, uma vez que a informação de que hipoteticamente se necessita para conhecer e desenhar as mesmas nem sequer existe na mente desses agentes. (DE SOTO. 2010, p. 141)

Caso o Estado venha a intervir no sistema de preços a fim de controlá-lo e, por conseguinte, ignorar a ordem espontânea do mercado, Hayek explica, em acordo com Mises, que o efeito da intervenção desequilibrará os preços por alterar o equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Nesse ponto, os controles de preços enfrentam sua maior dificuldade. A interação do mercado gera um preço em que oferta e procura tendem a coincidir. O número de compradores em potencial, dispostos a pagar o preço de mercado, é suficientemente grande para que todo o suprimento de mercado venha a ser vendido. Se o governo fizer descer o preço abaixo daquele que o mercado livre estabelecerá, a mesma quantidade de mercadoria enfrentará um número maior de compradores em potencial, que estão querendo pagar o preço oficial mais baixo. A oferta e a procura deixarão de coincidir, a procura excederá a oferta e o mecanismo de mercado, que tende a equiparar procura e oferta através das mudanças de preço, deixará de funcionar. (MISES. 2010, p. 125-126)

Hayek defende, então, a livre transparência no processo de descoberta e formação de preços por parte dos produtores. Quanto maior for a articulação deste

sistema na sociedade, maior será o direcionamento de respostas de volta para o mercado. A consequência desse fluxo será a maior geração de valor criada a partir da articulação do conhecimento.

2.4.3. Falsa Segurança Econômica e o Caminho da Servidão

A falsa segurança econômica é criada pela intervenção estatal, segundo Hayek, levando a população a um caminho de servidão. De forma corrente e na visão do economista Austríaco, essa falsa segurança inicia quando o governo decide beneficiar alguém, gerando, assim, maior apoio popular aos políticos.

Se o governo protege apenas os produtos de trigo da concorrência – se o governo isenta apenas os produtores de trigo a terem que seguir as mesmas normas de uma economia de mercado que são obedecidas por todos os outros -, o dano resultante à economia (sobretudo em países grandes e avançados, como Canadá e os Estados Unidos) será mínimo. O resultado é que os produtores de trigo, de fato, ficarão numa situação significativamente melhor, enquanto a grande maioria – em especial os consumidores e contribuintes – sofrerá tão pouco com as consequências, que o sacrifício talvez passe despercebido. Os políticos receberão aplausos, votos e muito mais apoio político por parte dos produtores de trigo, sem sofrerem uma correspondente perda de popularidade, votos e apoio político de não produtores de trigo. Os políticos, então, acharão fácil e cativante ganhar ainda mais apoio político ao conceder proteção similar a outros grupos produtores – digamos, metalúrgicos e pilotos de avião. (BOUDREAUX. 2017, p. 68)

No âmbito jurídico, determinada empresa de determinado setor receberá algum subsídio e, no âmbito físico, algum cidadão será supostamente protegido por alguma lei ou sindicato. O resultado será dado a partir da perda de uma terceira pessoa, ou seja, alguém indiretamente incluso nesse processo pagará esse benefício.

Enquanto o governo isenta mais e mais produtores das regras do mercado – ou seja, enquanto o governo dispensa mais e mais produtores da necessidade de ter de concorrer, sem privilégios especiais, pela preferência dos consumidores, gozando dos benefícios de seus êxitos e sofrendo com as consequências de seus fracassos – os custos totais de tal proteção elevam-se e, posteriormente, tornam-se cada vez mais perceptíveis. A desaceleração do crescimento econômico para o cidadão comum se torna evidente. (BOUDREAUX. 2017, p. 68)

Na visão de Hayek, a intervenção do estado com o suposto intuito de ajudar acaba por criar falhas no mercado, distorcendo preços e desequilibrando as leis de oferta e demanda por alterar a ordem espontânea do mercado.

Um exemplo de intervenção autística é a proibição de profissão de uma religião; intervenções binárias ocorrem na tributação e nos gastos públicos com transferências e subsídios e intervenções triangulares acontecem nos controles de preços, nas políticas de rendas, no estabelecimento de tarifas, na concessão de licenças, nos controles de taxas de juros, de salários e de câmbio, na concessão de seguros-desemprego, na criação de controles sobre a qualidade e a segurança, no caso de patentes industriais, etc. O efeito de todo esse conjunto de restrições à liberdade de escolha, geralmente adotadas para corrigir as falhas de mercado, é, invariavelmente, o de amplificar essas falhas. (IORIO. 1997, p. 85)

Hayek explica, ainda, que o fim deste caminho criado para proteger os cidadãos não será apenas a servidão que, segundo o Austríaco, é uma condição de necessidade perante a quem intervém no mercado, mas também uma pobreza sem fim.

2.4.4. A Maldição da Inflação

A visão de Hayek sobre a inflação baseia-se na teoria Austríaca do capital, explicando que a expansão monetária e do crédito bagunçam os preços relativos da economia. Todo esse processo inicia quando o governo intervém na economia reduzindo os juros, estimulando o crédito e imprimindo mais moeda.

A causa da inflação, por conseguinte, é muito simples: crescimento excessivo baseado em oferta de dinheiro. Impedir a inflação é do mesmo modo simples: parar de injetar dinheiro recém-criado na economia. (BOUDREAUX. 2017, p. 88)

Assim sendo, o preço cobrado pela intervenção do estado é um distúrbio monetário. As pessoas, a fim de potencializar seus ganhos, migrarão seus investimentos para os setores que foram artificialmente impulsionados em função da excessiva oferta de moeda.

O mercado transmite informações a respeito destes objetos em vez de produzi-los, e a função crucial desempenhada pela comunicação dessas informações escapa a pessoas orientadas por hábitos mecanicistas ou cientificistas, que dão por pressupostas as informações factuais a respeito dos objetos físicos e menosprezam o papel desempenhado na determinação do valor pela escassez relativa dos diferentes tipos de objetos. (HAYEK. 2017, p. 127)

O ponto considerado como mais interessante sobre a inflação, também alertado por Hayek, é a inércia inflacionária. Esse estágio ocorre quando o governo, ao defender uma política monetária de “pleno emprego”, cria a inflação. Como

consequência, haverá uma reivindicação de aumento dos salários por parte dos sindicatos. O ponto chave da explicação teórica de Hayek é que o aumento efetivado dos salários não condiz com o aumento de produtividade.

A inflação torna certos empregos atraentes. Estes empregos, contudo, certamente desaparecerão quando a inflação cessar ou, mesmo, quando deixar de acelerar-se tão rapidamente. [...] Como sabemos, a defesa das políticas governamentais de pleno emprego leva em conta apenas os efeitos "que se vêem", deixando de lado aqueles que não se vêem, mas que se manifestam tanto sobre a distribuição da mão-de-obra entre os diferentes setores, como sobre as reivindicações dos sindicatos. No momento em que o governo assume a responsabilidade pelo pleno emprego, qualquer aumento de salários que exceda o aumento da produtividade torna necessária, para que não deságüe em desemprego, uma elevação na demanda "agregada". Assim, o aumento da oferta monetária, a que se procedeu em decorrência da alta dos salários, torna-se um processo contínuo, que provoca permanentes injeções de quantidades adicionais de moeda. Tais excedentes monetários certamente acarretarão modificações na intensidade da demanda por diversos tipos de bens e serviços. Essas alterações na demanda relativa, por seu turno, deverão redundar em variações adicionais nos preços relativos, com as conseqüentes mudanças na estrutura de produção e na alocação dos fatores, inclusive da mão-de-obra. Assim, por uma perniciososa reação em cadeia - que não pode ser prevista pelos econométricos, mas que pode ser antecipada pela boa teoria econômica - quanto mais tempo durar a inflação, maior será o número de trabalhadores com empregos que dependerão de sua continuação ou, até muitas vezes, de haver uma aceleração permanente da taxa inflacionária. E isto não acontece porque estes trabalhadores não teriam encontrado emprego sem inflação, mas porque a inflação os leva a empregos temporariamente atraentes, que tendem a desaparecer assim que haja a desaceleração ou o término do processo inflacionário. (IORIO. 1997, p. 195)

Esse processo nada mais é do que massa de manobra do governo para conseguir maior apoio popular. Entretanto, no longo prazo, esse distúrbio monetário, além de ignorar a ordem espontânea do mercado, distorcer preços e estimular as pessoas a fazerem maus investimentos, também será responsável por criar desemprego. Afinal, o mesmo ocorrerá de forma natural para controlar a inflação.

2.5. EXPANSÃO E CONTRAÇÃO ECONÔMICA (*BOOM AND BUST*): A DIVERGÊNCIA TEÓRICA FUNDAMENTAL ENTRE HAYEK E KEYNES

A teoria de Hayek foi moldada a partir dos ciclos econômicos, ou seja, ciclos de expansão e contração (*boom and bust*). Na visão do Austríaco, não é o período de recessão (*bust*) que deve ser preocupante, mas sim o período de expansão (*boom*). A maneira sugerida por Keynes para sair do momento econômico depressivo, segundo Prebisch (1998), parte da intervenção do estado com o intuito de criar

demanda através do aumento dos gastos governamentais, impressão de dinheiro, obras públicas e déficits. Assim, na visão do economista Britânico, a rigidez dos salários será curada e é a partir deste momento que é iniciado o contraponto de Hayek sob sua perspectiva austríaca.

De acordo com a visão de Keynes, as recessões econômicas são causadas por pouca demanda agregada. A solução para as recessões, portanto, é aumentar a demanda agregada. E a melhor maneira para aumentar a demanda agregada é fazer com que o governo amplie seu gasto até que a saúde econômica seja restabelecida – isto é, até que o pleno emprego seja alcançado. Essa visão keynesiana é bastante difundida. Ela parece fazer muito sentido. Mas sofre de falhas gravíssimas. E, talvez, sua maior falha seja o foco na demanda agregada. Ao focar-se na demanda agregada, a economia keynesiana ignora os detalhes importantíssimos (“microeconômicos”) de uma economia. Esses detalhes fundamentais são o quão bem ou mal cada uma das muitas partes individuais de uma economia de “encaixam” e trabalham juntas para gerar bens e serviços para os consumidores e para criar oportunidades de emprego para os trabalhadores. (BOUDREAUX. 2017, p. 75)

O argumento keynesiano é rejeitado por Hayek, pois ele ignora a ação e a motivação humana em função do excesso de agregação. O Austríaco explica que não é possível haver prosperidade sem poupança e investimento. A expansão econômica forçada pela expansão do crédito faz com que esse dinheiro recém-criado seja confundido com poupança real, podendo ser emprestado e investido em novos projetos, como imóveis e construção. Nesse período, são plantadas as sementes do desastre econômico futuro.

Usar o crédito, isto é, devorar o futuro, é bem uma maneira atual de conciliá-los. Tenta-se fazer um pouco de bem no presente às custas de muito mal no futuro. Mas esse processo evoca o espectro da bancarrota, que espanta o crédito. O que fazer então? Aí o novo estado decide como um bravo: reúne forças para se manter, abafa a opinião, recorre ao arbitrário, ridiculariza seus antigos princípios, declara que não pode administrar a não ser com impopularidade, em suma, ele se proclama governo. (BASTIAT. 2010, p. 87-88)

No futuro haverá uma escassez de recursos para finalizar esses projetos, pois imprimir dinheiro não cria recursos. Tal política expansionista criará anseio na população por mais recursos elevando o preço dos ativos por correção inflacionária, em função do gigantesco aumento da demanda agregada, e não por ganho real.

Assim, as alterações provocadas nos preços relativos produzem mudanças na alocação de recursos. Quando ocorre uma expansão do crédito bancário,

supondo que as expectativas quanto à inflação futura não existam, as taxas de juros, inicialmente, caem, mantendo-se abaixo dos níveis que alcançariam se o crédito não tivesse aumentado. O efeito disso é que, necessariamente, os padrões de gastos sofrerão alterações: os gastos de investimentos subirão relativamente aos gastos de consumo corrente e às poupanças. Portanto, a expansão monetária, necessariamente, provoca uma descoordenação entre os planos de poupança e de investimento do setor privado. Esse impacto descoordenador da política monetária é essencial na visão hayekiana. (IORIO. 1997, p. 131)

Após esse período, notar-se-á que esses projetos nada mais foram do que investimentos errôneos forçados. Afinal, o mercado coordenou o tempo através da redução na taxa de juros defendida por Keynes. Todo esse processo de crescimento excessivo de oferta de moeda gerou inflação e para que a mesma retorne a um patamar aceitável, a elevação da taxa de juros se torna necessária. Com isso, o consumo diminuirá, pois o custo da captação do dinheiro não está mais viável como antes. Inicia-se, então, um novo período de recessão com alto desemprego e, em função da falta de empregabilidade, o país não consegue mais arrecadar para pagar o gasto anteriormente criado. Com relação a armadilha de liquidez keynesiana, a qual defende a não poupança, ela virou apenas um fato da insolvência do sistema bancário.

O processo descrito é auto-reversível: na medida em que as rendas dos titulares dos fatores de produção aumentam (em decorrência da expansão monetária), cresce a demanda por bens de consumo, o que faz com que os preços desses bens, relativamente aos preços dos bens mais afastados do consumo, aumentem. Reverte-se, desta forma, o processo: caem os retornos nos estágios mais afastados do consumo final, enquanto sobem os retornos nos estágios mais próximos do consumo final; recursos não específicos fazem o caminho de volta; os bens de capital, que haviam sido dimensionados para a estrutura de produção anterior, têm agora que ser redimensionados para uma estrutura menos intensiva em capital; surgirão perdas e desemprego, que serão mais fortes nos setores que anteriormente haviam se expandido mais e que, agora, defrontam-se com superproduções. As perdas e o desemprego gerados nada mais são do que a contrapartida das alocações perversas de recursos geradas pela expansão monetária. Em linguagem direta, expansão monetária e recessão são inseparáveis. O leitor deverá perceber que as tentativas de fazer a estrutura de produção voltar à situação anterior, mediante novas expansões monetárias nos mesmos pontos em que elas inicialmente ocorreram apenas terão o efeito de perpetuar a descoordenação que se inoculou na estrutura de capital, o que fará com que cada vez mais inflação e mais desemprego sejam gerados para manter-se o artificialismo desejado. Eis aí a origem dos ciclos econômicos, segundo Hayek. (IORIO. 1997, p. 132-133)

A visão sobre os ciclos econômicos de Hayek possui uma ampla vantagem sobre Keynes. O Austríaco identifica e elenca, numa sequência lógica, todos os pontos negativos do keynesianismo, pois o seu criador ignora o longo prazo. O

remédio estatal defendido pelo economista Britânico solucionou o desemprego no curto prazo. Entretanto, é uma política econômica que cria no futuro todos os problemas econômicos temporariamente e supostamente solucionados no passado.

3. GOVERNOS F.H.C., LULA E DILMA: CONTINUIDADE E RUPTURA DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS

Desde a década de 1990, o Brasil vem sofrendo diversas transformações econômicas, políticas e sociais, que mudaram o comportamento dos mercados brasileiros, bem como a vida da população brasileira.

No âmbito econômico, a partir dos governos Fernando Henrique Cardoso, destaca-se o maior plano econômico brasileiro, que foi responsável pelo controle inflacionário, além da consolidação do tripé macroeconômico.

Considerado como oposição a Fernando Henrique, Luiz Inácio Lula da Silva, que também esteve presente em 2 mandatos, governou o Brasil de formas diferentes. Nos primeiros 4 anos, a política implementada foi a de continuação do governo anterior, apresentando políticas visadas à saúde financeira das contas públicas e do regime cambial brasileiro, bem como manter a inflação sob controle. Já no seu segundo mandato, o comportamento apresentado foi referente à um estado desenvolvimentista que visa políticas de crescimento de demanda.

Com relação à continuidade do governo Lula, Dilma Rousseff governou o país de forma a dar sequência nas políticas implementadas pelo seu antecessor. Contudo, Dilma usufruiu de políticas mais intervencionistas, que geraram crescimento para o Brasil, no curto prazo, mas acabaram por encaminhar o país à uma forte recessão, a partir de 2014.

Apesar das diferentes opiniões sobre os 3 presidentes, ambos deixaram marcas importantes na história de Brasil, sendo essas tanto positivas quanto negativas.

3.1. O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Trigésimo quarto presidente da história do Brasil, Fernando Henrique Cardoso governou o país durante dois mandatos. O primeiro entre 1995 e 1998, e o segundo entre 1999 e 2002.

Nascido em 1931, no Rio de Janeiro, Fernando Henrique graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) e pós graduou-se na Universidade de Paris. Em 1964, exilou-se no Chile e, posteriormente, em Paris em função do regime militar. Retornou ao Brasil em 1968 para lecionar na Universidade

de São Paulo. Em 1978, já aposentado, foi eleito suplente do senador Franco Montoro²⁶, iniciando, assim, sua carreira política.

Fernando Henrique Cardoso foi eleito senador em São Paulo, em 1986, onde, posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB). Em 1992, no governo de Itamar Franco²⁷, assumiu o Ministério das Relações Exteriores e, após esse período, tornou-se Ministro da Fazenda iniciando uma reforma monetária na Economia Brasileira para combater a inflação. Tal política foi chamada de Plano Real.

Em 1994, afastou-se do Ministério da Fazenda para concorrer à presidência contra Luís Inácio Lula da Silva, vencendo a eleição e assumindo o governo brasileiro em 1995. Como presidente, implementou políticas supostamente neoliberais e conseguiu controlar a inflação através do Plano Real, além de privatizar diversas estatais, marcando seu governo por ter uma economia que se manteve estável.

3.1.1. O Plano Real

Conhecido como o maior plano econômico da história do Brasil, o Plano Real, iniciado em 1993 durante o governo do presidente Itamar Franco, tinha um objetivo muito específico: controlar a inflação.

Anteriormente à efetivação de tal plano, o Brasil possuía sérios problemas com a inflação. Nos 12 meses anteriores ao lançamento do Plano Real, a inflação acumulada do país foi de 4.922%.

Elaborado por Fernando Henrique Cardoso, até então Ministro da Fazenda, o Plano Real contou com a participação de alguns economistas para a sua elaboração, como: André Lara Resende²⁸, Pêrsio Arida²⁹, Gustavo Franco³⁰, entre outros.

De forma corrente, o Plano Real foi dividido em três fases: o ajuste fiscal, a implementação da unidade de valor real (URV) e a criação do Real.

²⁶ André Franco Montoro foi um jurista e político brasileiro. Entre outros cargos, foi o 27º governador de São Paulo, senador, deputado federal e ministro do Trabalho.

²⁷ Itamar Augusto Cautiero Franco foi um engenheiro, militar e político brasileiro. Foi o 33.º presidente da República.

²⁸ André Pinheiro de Lara Resende é um banqueiro e economista brasileiro. Foi um dos mentores do Plano Real.

²⁹ Pêrsio Arida é um economista brasileiro e foi um dos idealizadores do Plano Real. Presidiu o Banco Central do Brasil (1993-1999).

³⁰ Gustavo Henrique de Barros Franco é um economista brasileiro e ex-presidente do Banco Central do Brasil. É mais conhecido por ter integrado a equipe responsável pela criação e implementação do Plano Real.

O Plano Real foi originalmente concebido como um programa em três fases: a primeira tinha como função promover um ajuste fiscal que levasse ao “estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, com o objetivo de eliminar a principal causa da inflação brasileira”; a segunda fase visava “a criação de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor — URV”; finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) de forma a garantir a sua estabilidade”. (GIAMBIAGI. 2011, p. 142)

Outras políticas macroeconômicas também complementaram com o sucesso do plano, como a elevação da taxa de juros juntamente com o aumento do depósito compulsório, objetivando a redução de consumo para controlar a inflação. Os impostos referentes à importação também foram reduzidos com o intuito de criar concorrência entre os produtos nacionais e internacionais. Tais políticas aliadas ao fato de o Real estar valorizado perante o Dólar, dificultaram o aumento dos preços do mercado interno brasileiro.

A verdade sobre o Plano Real é que o fantasma da inflação jamais desapareceu, mas o mesmo perdeu, e muito, as suas forças.

Tratava-se de uma alteração nada menos que espetacular no imaginário de um país que jamais havia experimentado a moeda estável, exceto pela fugaz experiência do cruzado, sabidamente um simulacro, uma espécie de paraíso artificial. A descoberta ensejada pelo real teria resultados profundos e duradouros: o desaparecimento da inflação alta colocava o Brasil em um patamar mais elevado de aspirações econômicas, autoestima e mesmo de civilização. (FRANCO. 2017, 636-637)

O resultado do Plano Real foi instantâneo e muito eficaz. Calculada sobre a URV, a inflação do Brasil ficou próxima de 6% em julho de 1994.

Foram implementados 13 planos econômicos que objetivavam a estabilização da moeda brasileira. Entretanto, apenas o décimo terceiro, o Plano Real, apresentou sucesso a longo prazo. A inflação que consumia o poder de compra da população brasileira, colaborando para que as pessoas permanecessem com o dinheiro apenas entre o banco e o supermercado, estava agora controlada.

3.1.2. Reforma do Estado

O governo Fernando Henrique Cardoso foi caracterizado por importantes transformações no âmbito institucional e econômico. Além do Plano Real, ocorreram também privatizações de estatais, principalmente no setor de telecomunicações e

petróleo, mudanças no tratamento do capital estrangeiro, saneamento do sistema financeiro e a reforma parcial da previdência social.

A privatização transferiu para o setor privado empresas deficitárias ou empresas superavitárias com níveis inadequados de investimento. Com a desestatização, esses gastos deixariam de pressionar as contas públicas. O fim dos monopólios estatais exigiu aprovação de Emenda Constitucional e permitiu que os setores de petróleo e telecomunicações deixassem de ser prerrogativa exclusiva de atuação do Estado, abrindo caminho para o estabelecimento de competição no setor de petróleo — mesmo com a Petrobras continuando a ser estatal — e para a privatização da Telebrás. A mudança no tratamento do capital estrangeiro também exigiu Emenda Constitucional. A medida, por um lado, abriu os setores de mineração e energia à possibilidade de exploração por parte do capital estrangeiro. Por outro, mudou o conceito de empresa nacional, permitindo que firmas com sede no exterior passassem a dispor do mesmo tratamento que as empresas constituídas por brasileiros. Ambas contribuíram para a elevação dos investimentos estrangeiros a partir de 1995. (GIAMBIAGI. 2011, p. 181-182)

Tais políticas proporcionaram uma redução do tamanho do Estado brasileiro, propiciando uma melhor saúde financeira às contas públicas do país. As privatizações aumentaram a competitividade de mercado do setor de telecomunicações, reduzindo o preço do serviço de telefonia e aumentando a qualidade do mesmo.

Com relação ao sistema financeiro, a maioria dos bancos estaduais foram privatizados, além da facilitação à entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro, aumentando a concorrência do setor bancário.

Durante o mesmo governo, ocorreram, ainda, as renegociações das dívidas estaduais, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e, a partir de 1999, o ajuste fiscal.

3.1.3. A Reestruturação das Dívidas Estaduais

Para contribuir positivamente com o Plano Real, Fernando Henrique realizou diversas mudanças, de forma conjunta com a reforma do estado, no âmbito fiscal. Para tanto, a reforma parcial da previdência e a reforma administrativa do estado possibilitaram, segundo Prado (2005), a criação de uma lei que permitiu a renegociação das dívidas estaduais e municipais, já que 25 estados e 180 municípios estavam devendo a determinados credores.

A renegociação dos passivos estaduais consistiu na “federalização” de dívidas frente ao mercado, mediante comprometimento dos estados junto à

União, com as dívidas sendo pagas em 30 anos, na forma de prestações mensais. A contrapartida exigida, na forma de colateralização das receitas futuras de transferências constitucionais, evitou que os estados conseguissem burlar a regra de pagamento, pois nesse caso a União poderia se apropriar das receitas de transferências dos Fundos de Participação e até do ICMS estadual, o que obrigou os Estados a se ajustarem. (GIAMBIAGI. 2011, p. 183)

Tais dívidas foram renegociadas em 30 anos e se ao final do período ainda houvesse débitos a serem quitados, o parcelamento se estenderia por mais 10 anos. De forma corrente, a parcela da dívida não poderia ultrapassar, sobre a receita líquida corrente de cada estado e/ou município, 13%, sendo corrigida pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) acrescida de um juro anual de 6%.

Como consequência, os estados e municípios solicitantes de tal lei foram extremamente favorecidos, tendo em vista esta renegociação favorecer as finanças públicas dos mesmos.

3.1.4 Lei de Responsabilidade Fiscal

Historicamente, o Brasil sempre teve um sério problema com o seu próprio gasto público. Os políticos, num âmbito geral, nunca respeitaram a correlação direta existente entre gastos governamentais e arrecadação. Com isso, os agentes econômicos internos como empresários e consumidores, e os investidores externos, evitam de investir no país, pois sabem que, futuramente, esse déficit criado pelos gastos do governo tornar-se-á uma dívida insustentável. Ciente disso, Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já a LRF estabeleceu tetos para as despesas com pessoal em cada um dos poderes nas três esferas da Federação e, entre vários dispositivos de controle das finanças públicas, proibiu novas renegociações de dívidas entre entes da Federação. A lei evitou o problema de moral hazard que se criava anteriormente, em que cada renegociação era feita “pela última vez” e era sucedida por uma nova pactuação das condições de pagamento quando do vencimento das dívidas. (GIAMBIAGI. 2011, p. 183)

Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do seu intuito de gastar menos ou arrecadar mais de forma aceitável, foram extremamente positivos. As contas públicas apresentaram-se num nível positivo, criando segurança, entre os agentes econômicos, à realização de novos investimentos.

Nos médio e longo prazos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal têm sinalizado uma relativa estabilidade nessa área. Esses instrumentos tem permitido um razoável grau de transparência e revisibilidade no que se refere ao comportamento das contas públicas, reduzindo consideravelmente o espaço para manobras de caráter eleitoral. (LACERDA. 2010, p. 301)

O Plano Real, a reforma do estado, a reestruturação das dívidas estaduais e municipais e a lei de responsabilidade fiscal, juntamente com outros feitos realizados no governo Fernando Henrique como, por exemplo, o regime de metas de inflação, geraram efeitos satisfatórios, criando equilíbrio ao tripé macroeconômico. Com isso, novos empregos foram gerados em função da confiabilidade dos agentes para investir, ressaltando que tal processo gerou crescimento aliado ao controle da inflação.

3.1.5. O Tripé Macroeconômico

A reforma do estado brasileiro juntamente com a renegociação das dívidas estaduais e outras políticas, como o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, proporcionaram, em 1999, a adoção de um eficiente tripé macroeconômico.

O presidente fez seu diagnóstico e sua escolha, e o interesse desse estudo não está no experimento que passou à história com a designação da “banda diagonal endógena” e seus percalços, porém no ponto de chegada; mais especificamente, na adoção do sistema de metas para a inflação, em conjunto com um regime de flutuação cambial e, finalmente, na presença tão longamente desejada de um superávit primário. Esse novo *mix* de políticas macroeconômicas ficaria conhecido como “tripé”, um paradigma de consistência macroeconômica a que se atribui a consolidação da estabilização e que permaneceria em vigor por muitos anos, até 2009, quando o ministro Guido Mantega introduziu sua “nova matriz macroeconômica”. (FRANCO. 2017, 639)

No lugar do câmbio fixo, o mercado, através das forças de oferta e demanda, tornou-se o responsável pelo preço do Real perante o Dólar, fazendo com que a taxa de câmbio deixasse de ter o papel de controlar a inflação. Esse princípio passou a ser responsabilidade da taxa de juros brasileira, coordenando a atividade econômica conforme a inflação. Por último e para finalizar o tripé, a meta fiscal tornou-se, então, a maneira que o governo brasileiro passou a apresentar aos credores internacionais o superávit primário das contas públicas do país.

No final da sua gestão, como saldo positivo — intangível, porém muito importante —, FHC deixou, fundamentalmente: (1) um “tripé” de políticas — metas de inflação, câmbio flutuante e austeridade fiscal — que, se mantidas ao longo de anos, poderiam criar as condições para o desenvolvimento econômico futuro, com inflação baixa e equilíbrios externo e fiscal; e (2) um elenco bastante robusto de mudanças estruturais importantes, com destaque para a Lei de Responsabilidade Fiscal; a reforma parcial da Previdência Social; o ajuste fiscal nos estados; o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações; e a reinserção do Brasil no mundo, através da obtenção de fluxos de IDE de, na média, quase US\$20 bilhões/ano nos oito anos, com perspectivas concretas de continuar a serem expressivos nos anos seguintes. Em contrapartida, em relação às expectativas que se tinham no início da estabilização, FHC ficou devendo a reforma tributária, o desenvolvimento de um mercado de crédito (ainda atrofiado pelos juros altos quase 10 anos depois do Plano Real) e a superação duradoura da vulnerabilidade externa do país, problema antigo que, inclusive, se agravou no seu primeiro mandato. (GIAMBIAGI. 2011, p. 193)

Os oito anos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foram de suma importância para o Brasil, apesar das diferenças entre cada mandato. Nos primeiros quatro anos, enfatizou-se a estabilização econômica e nos últimos quatro anos, criou-se condições para o sucesso do tripé macroeconômico. É verdade que crises internacionais em países emergentes fizeram com que o Brasil perdesse, nesse período, o fôlego para novos investimentos, desvalorizando o real perante o dólar e recorrendo ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Mesmo assim, foi um governo marcado pelo controle da inflação e pelo crescimento econômico através da redução do estado brasileiro.

3.2. O GOVERNO LULA

Nascido em Pernambuco, em 1945, Luiz Inácio Lula da Silva é um ex-sindicalista, ex-metalúrgico e ex-político brasileiro.

Durante sua infância, quando ainda muito pobre, mudou-se para São Paulo juntamente com a sua família. Após esse período, iniciou sua vida profissional como metalúrgico e, posteriormente, como sindicalista. Lula ficou conhecido por liderar greves de trabalhadores durante o regime militar, até que, em 1986, tornou-se deputado federal em São Paulo. Candidatou-se à presidência da república em 1990, 1994 e 1998. Venceu a quarta eleição que disputou pelo partido que ajudou a fundar, o Partido dos Trabalhadores³¹ (P.T.), em 2002, considerado como oposição ao governo F.H.C.

³¹ Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores é um partido político brasileiro de esquerda.

A estabilidade econômica conquistada pelo Plano Real juntamente com as reformas institucionais realizadas no governo Fernando Henrique estava sendo posta em risco em 2002. Isso porque o Partido dos Trabalhadores foi contra o Plano Real, contra as privatizações, contra a abertura dos mercados, entre outros. Enfim, o partido demonstrou-se contrário a tudo que foi viável no âmbito capitalista durante o governo F.H.C. Nas eleições desse ano, o ambiente instável e inseguro tornou-se presente com relação ao que seria feito pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Mesmo assim, o P.T. venceu as eleições.

3.2.1. O Primeiro Mandato (2003-2006)

A instabilidade econômica marcada por um clima de desconfiança do mercado levou à redução da estabilidade da economia brasileira e do seu crescimento durante o processo eleitoral entre 2002 e 2003. Diversas dúvidas vieram à tona com a candidatura e a posterior vitória de Lula, como, por exemplo, se ele iria manter os pagamentos ao Fundo Monetário Internacional (F.M.I.). Segundo Lacerda (2018), para tentar acabar com esse clima de insegurança, Lula escreveu uma carta aos brasileiros comprometendo-se a manter a política econômica do governo anterior.

No período que foi da vitória eleitoral, em outubro de 2002, até abril de 2003, isto é, nos seis meses seguintes às eleições, o governo tomou as seguintes decisões, que representaram uma mudança clara em relação ao passado do PT e contribuíram decisivamente para reduzir o grau das tensões macroeconômicas existentes no final de 2002: Nomeou para o cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da Diretoria anterior, em claro sinal de continuidade; Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária; Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um “tabu” para o PT; Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003; Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto; Colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004-2006. Em conjunto, essas medidas deram sequência ao abandono de muitas das bandeiras históricas do partido observado em 2002 e representaram uma mudança completa em relação à maneira como o PT via a política econômica até poucos meses antes. Já vimos manifestações de importantes quadros do partido acerca da necessidade de inverter as prioridades fiscais, feitas em 2000, em 2001 e algumas delas ainda em 2002. (GIAMBIAGI. 2011, p. 207)

Ressalta-se como de suma importância o fato de o Partido dos Trabalhadores ter sido contrário às políticas propostas e implementadas no governo Fernando Henrique. Entretanto, quando o Lula assumiu o governo brasileiro, ele encontrou um país que, a título de comparação, poderia ser classificado como um pomar frutificando. Ao invés de arrancar as árvores, pois ele se demonstrou contrário à plantação desse pomar, Lula teve a lucidez política de, apenas, colher os frutos. Contudo, ele manteve a política macroeconômica do governo anterior, contribuindo para a sua reeleição em 2007.

3.2.2. A Política de Continuidade do Governo F.H.C.

A saúde econômica brasileira conquistada a partir do Plano Real e das reformas institucionais e administrativas foram mantidas, no primeiro governo, pelo presidente Lula. Contudo, as dívidas brasileiras estavam sendo pagas e, graças a tal fato, o Brasil apresentou crescimento no seu primeiro mandato.

O governo Lula tem em comum com o governo FHC a manutenção da estabilidade monetária como principal objetivo da política macroeconômica. No governo FHC, durante a vigência do Plano Real, esse objetivo foi perseguido por meio da âncora cambial, ou seja, o real foi atrelado ao dólar, mediante uma taxa de câmbio fixa. Com o fim do Plano Real em 1999 – pelo menos do ponto de vista de sua lógica interna – e a adoção da taxa de câmbio flutuante, a partir de janeiro daquele ano, a âncora cambial foi substituída pela política de metas de inflação. A política de metas de inflação foi adotada no Governo FHC, em 1999, e mantida tanto no primeiro governo Lula (2002-2005) quanto no segundo governo (2006-2009). Essa política se baseia na fixação de uma meta de inflação para cada ano (o centro da meta), com uma margem de tolerância, e na utilização da taxa de juros como principal instrumento para a manutenção da inflação dentro do previsto. (PIRES. 2010, p. 320)

Assim, o reforço do tripé macroeconômico representado pelo respeito à austeridade fiscal, à política monetária autônoma do Banco Central pelo cumprimento do regime de metas de inflação e ao câmbio flutuante, gerou crescimento ao país. Em função de tal feito, a confiabilidade dos agentes econômicos aumentou, fazendo com que as empresas e as famílias começassem a investir e consumir.

3.2.3. Os Programas Sociais e as Políticas de Combate à Pobreza

O crescimento do Brasil no primeiro governo Lula não se deve somente ao tripé macroeconômico e a herança herdada do governo Fernando Henrique. No mesmo período, trabalhando em conjunto com tais políticas anteriormente citadas, diversos programas sociais foram incentivados e ampliados.

A política econômica ortodoxa, aliada a ações distributivas – como a elevação do valor real do salário-mínimo e a grande expansão do programa Bolsa Família -, permitiram a reeleição do presidente e um alto nível de aprovação de seu governo, sobretudo durante o segundo mandato, apesar de acusações de corrupção, como no caso do “mensalão”. (LACERDA. 2018, p. 230)

Tais políticas, apesar de não aumentarem a produtividade do país, aumentam a demanda agregada em função do gasto público, aumentando o fluxo circular de renda no curto prazo.

Na área social, em que se tornou lugar-comum afirmar que a política do Governo Lula é mera continuidade das políticas implantadas no governo FHC, as quais teriam sido agrupadas sob o novo rótulo do programa “Bolsa Família”, as diferenças são significativas. As políticas sociais do governo anterior foram implantadas como corolário do projeto neoliberal. Seu objetivo era enfatizar as ações assistenciais no combate à pobreza extrema como sucedâneo às políticas universais do Estado de Bem-Estar Social, de acordo com o modelo desenvolvido pelo Banco Mundial. De acordo com tal modelo, a causa do subdesenvolvimento é a pobreza, e não o contrário. Trata-se, na verdade, de uma inversão sutil, mas que faz toda a diferença. Atribui o subdesenvolvimento à má qualidade do capital humano, ou seja, à pobreza é a ignorância da população, bem como às deficiências institucionais (corrupção, excessos nos gastos públicos, gestão ineficiente) e não às relações desiguais de trocas entre países ricos e países pobres, que, em última instância, condenaram a grande massa da população desses últimos a essa condição de indigência. [...] Eliminada a pobreza extrema, por meio de políticas sociais estritas, realizadas as reformas institucionais para baixar o custo e eliminar a burocracia que emperra a criação e o desenvolvimento dos negócios, liberalizando o mercado de capitais para baixar o custo dos financiamentos e qualificada a mão de obra para aumentar a produtividade do trabalho, estaria pavimentando o caminho do desenvolvimento. (PIRES. 2010, p. 318)

Os resultados econômicos do primeiro governo Lula foram satisfatórios. O respeito ao tripé macroeconômico contribuiu, criando confiabilidade no mercado à realização de novos investimentos. A redução da taxa de juros viabilizou o crédito. As políticas de combate a fome, financiadas pelo gasto público, aumentaram o consumo por meio da diminuição da pobreza e, por consequência, a demanda por bens e serviços também cresceu.

Tabela 1 – Evolução do Programa Bolsa Família

Ano	Número de Beneficiados	Valor Total dos Benefícios (R\$)	Valor Médio do Benefício (R\$)
2004	6.571.839,00	439.870.605,00	66,93
2005	8.700.445,00	549.385.527,00	63,14
2006	10.965.810,00	686.701.812,00	62,62

Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Esse conjunto de políticas implementadas no Brasil, como por exemplo a expansão do Programa Bolsa Família, conforme tabela 1, de forma interligada, fez com que o país crescesse economicamente com a inflação controlada. Assim, a população reelegeu o Lula para que, no segundo mandato, ele continuasse o seu plano de governo.

3.2.4. O Segundo Mandato (2007-2010)

Se no primeiro mandato o compromisso do presidente Lula com a estabilidade monetária a partir das metas de inflação foi a prioridade, seguindo o modelo supostamente neoliberal do governo Fernando Henrique, o segundo mandato apresentou um novo posicionamento.

A partir de 2007, Lula implementou o modelo Keynesiano e, obviamente, intervencionista a partir do aumento dos gastos públicos e estímulo ao crédito. No governo Lula, as políticas assistenciais focalizadas – no caso, o programa Bolsa Família – tiveram continuidade. Seu universo de atendimento foi, inclusive, ampliado. - [...] - Em 2008, o benefício médio passou de 85 reais e o máximo, para 185 reais. É preciso reconhecer, contudo, que isso não foi feito em prejuízo das políticas universais nem com o propósito de suprimi-las. Ao contrário, as políticas universais, como a Previdência Social, o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e o seguro-desemprego, cujo piso é o salário mínimo, tiveram igualmente seu escopo ampliado por meio da política de valorização do salário mínimo. Afirmar, portanto, que o governo Lula se orienta pela cartilha neoliberal tal qual seu antecessor não corresponde aos fatos. (PIRES. 2010, p. 318)

O intuito da nova política era o crescimento da economia através do incentivo ao consumo. Para isso, houve uma escala de intervenção financeira e monetária. O Brasil aumentou o seu próprio gasto público e, de forma conjunta, tornou o crédito bancário mais acessível através da redução da taxa de juros.

A combinação de aumentos reais do salário mínimo, injeção de recursos nos programas sociais — com destaque para o Bolsa Família — e forte crescimento do emprego, no contexto de uma economia em crescimento, com inflação relativamente baixa e melhora na distribuição de renda, explica a elevada popularidade de Lula. [...] Ele foi apoiado politicamente por agremiações que iam desde uma das ramificações históricas do Partido Comunista, até partidos conservadores associados aos “grotões” mais atrasados, passando pelo “núcleo duro” parlamentar do PT e do PMDB. E, em termos de grupos sociais e econômicos, o leque de apoios ia desde os sindicalistas da CUT, até segmentos expressivos do mercado financeiro, satisfeitos com a política monetária do Banco Central, a expansão do crédito e o lucro dos bancos. (GIAMBIAGI. 2011, p. 231)

Com essas políticas intervencionistas visadas ao aumento do consumo, o desempenho da economia brasileira apresentou redução no desemprego em função do aumento na geração de empregos, do aumento de renda e, portanto, do acelerado crescimento econômico.

3.2.5. A Nova Matriz Econômica de Guido Mantega: Aumento do Crédito, do Gasto Público e o Estímulo ao Endividamento

Guido Mantega³² foi o Ministro da Fazenda do Brasil durante o período de 2006 até 2015 e, com ele, o Brasil implementou, em termos de política, uma teoria econômica muito diferente quando comparado ao governo anterior. Adepto ao intervencionismo econômico, Guido adotou políticas de aumento do gasto público, estímulo de crédito bancário através da redução da taxa de juros, incentivos fiscais através da redução de impostos e, assim, com essas políticas, o país cresceu.

Aos poucos, em função da nova matriz econômica que estava sendo implementada, o Brasil começou a abandonar, de forma gradual, os mecanismos de estabilização econômica herdados do governo Fernando Henrique. Em especial, o tripé macroeconômico que agora estava sendo desmontado em função do estado desenvolvimentista.

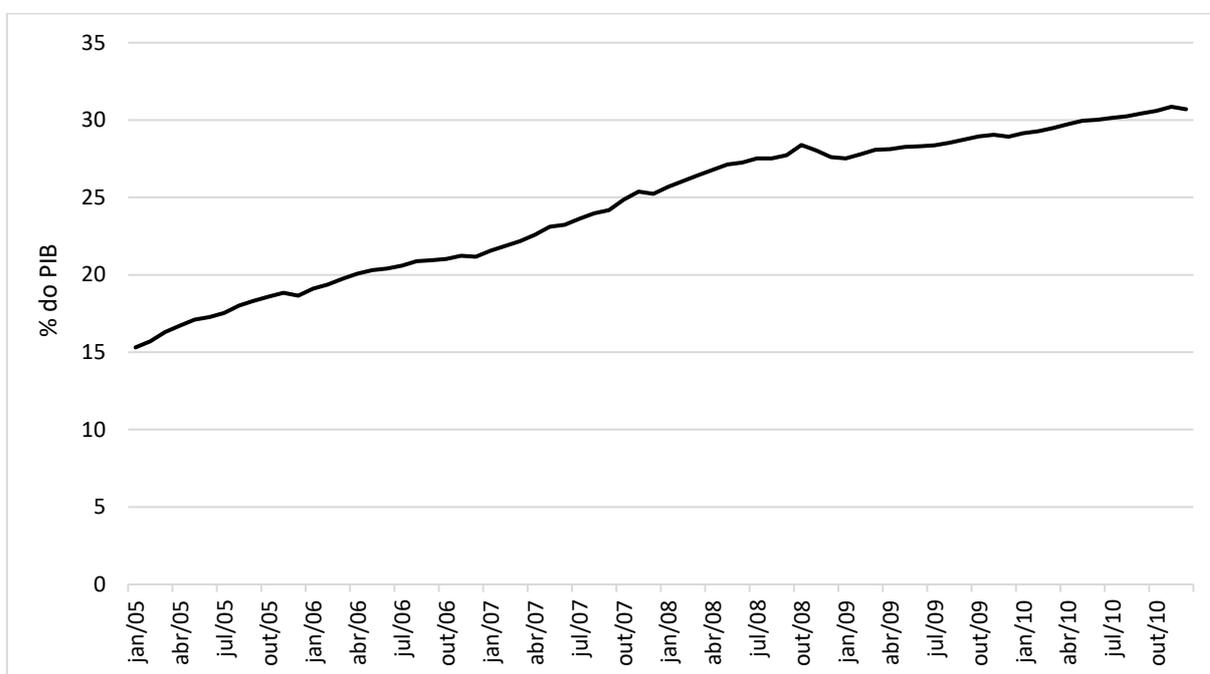
A mágica das palavras pode sempre assomar as disputas retóricas, e até aquele momento o conceito de “ajuste fiscal”, ou a menção à “austeridade”, sempre traziam consigo a ideia de castigo, sacrifício ou jejum, ao passo que a “responsabilidade fiscal”, com a sustentabilidade, alçava o tema ao elevado domínio do politicamente correto em que a crítica sempre se posiciona em desvantagem. Com isso, uma simples ideia, uma nova maneira de expressar o velho axioma, vinha configurar uma mudança paradigmática, entre cujas

³² Nascido na Itália, Guido Mantega é um economista naturalizado brasileiro. Foi ministro da fazenda no Brasil de 2006 até 2015.

consequências práticas estava a de deslocar o desenvolvimentismo inflacionista do terreno da obsolescência, ou do cinismo, para o da ilegalidade. (FRANCO. 2017, 713)

Assim, de forma imediata, a moeda brasileira começou a circular como nunca ocorrido na história do Brasil. O incentivo ao consumo criado a partir de uma política de aumento de demanda de curto prazo via crédito barato apresentou crescimento para o país, conforme figura 1.

Figura 1 - Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos 12 meses.



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Banco Central do Brasil.

As famílias e as empresas, confiantes na economia brasileira, foram as lojas e realizaram investimentos, respectivamente e, de forma imediata, o fluxo circular de renda do país se expandiu.

A economia brasileira, durante o segundo mandato do presidente Lula, apresentou um ritmo de crescimento bem mais intenso do que aquele do mandato anterior. Esse crescimento apoiou-se, em especial, no forte crescimento das exportações e no aumento do consumo das famílias, o que se baseou no aumento do salário-mínimo real, nos programas redistributivos e no aumento do crédito. O volume de operações de crédito no Brasil passou de 26,3% do PIB, em abril de 2005, para 46,6% do PIB, em abril de 2011. (LACERDA. 2018, p. 235)

Com essas políticas o Brasil apresentou crescimento, apesar da redução do superávit primário como consequência da crise imobiliária de 2008. Mesmo com o forte impacto da recessão americana, o país apresentou crescimento em 2009 e 2010.

3.2.6. O Programa Minha Casa Minha Vida

Dito por muitos como o maior programa social da história do Brasil, o programa Minha Casa Minha Vida foi criado com o intuito de aumentar a oferta de moradias para a população de baixa renda.

Com a eleição do presidente Lula foi criado o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades para desenhar e implantar políticas urbanas inovadoras e capazes de enfrentar essa pesada herança da vida urbana e dialogar com os movimentos populares de luta por moradia e reforma urbana. Nos 13 anos dos governos Lula e Dilma podemos destacar a implantação da Política Nacional de Saneamento Básico, a Política Nacional de Mobilidade e Transporte Urbano e a Política Nacional de Habitação. Na habitação popular, foi realizado o maior programa da história do país, o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), a partir de 2009, com dois grandes objetivos: reduzir o déficit habitacional brasileiro e gerar empregos para contrabalançar os efeitos da crise internacional que já atingiam o Brasil. Este programa envolveu: um novo desenho institucional e uma repactuação federativa; novos mecanismos de gestão e controle social; a urbanização de assentamentos precários; o reconhecimento e incorporação dos movimentos populares de moradia rurais e urbanos como atores de todo o processo; uma política de subsídios para viabilizar o acesso à moradia pela população de baixa renda; uma produção habitacional em larga escala e um volume de recursos para investimentos elevado e inédito. (MERCADANTE; ZERO. 2018, p. 36)

O crescimento do Brasil após a aprovação do Minha Casa Minha Vida foi bastante rápido. Financiado através do crédito barato adquirido através do seu propulsor, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tal programa retornou para o país como um extraordinário crescimento via bancos públicos.

Com isso os bancos públicos elevaram sua participação no crédito total de 14,3% em 2008 para 30% em 2015. A ideia de uma “atuação anticíclica” nos primeiros meses depois da eclosão da crise de 2008 logo evoluiu para uma expansão massiva e unidirecional dos bancos públicos, cada qual em sua frente o Banco do Brasil e a CEF atuando fortemente no varejo, e o BNDES junto aos “campeões nacionais”, inclusive alimentado por transferências diretas do Tesouro em valores superiores a R\$ 400 bilhões. (FRANCO. 2017, p. 724-725)

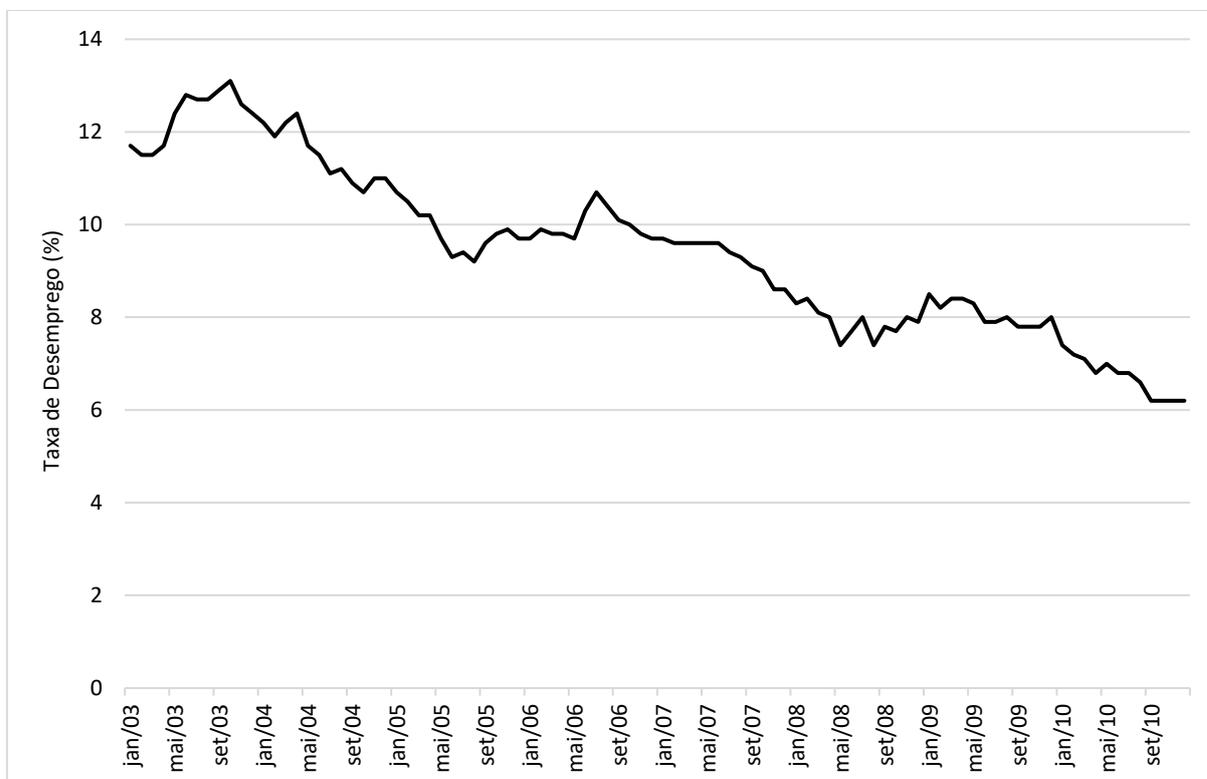
O Minha Casa Minha Vida também serviu para evitar que o país sofresse mais algum impacto negativo criado a partir da crise imobiliária de 2008, em função de um

conjunto de fatores que apresentavam risco de crise financeira e cambial, como a instabilidade econômica americana, por exemplo.

Todos os instrumentos foram utilizados: redução de reservas bancárias e da taxa de juros; empréstimos a bancos que tiveram dificuldades, financiamento para fusões, incorporações e aquisições de carteiras de ativos; financiamento a empresas e ao comércio exterior utilizando-se das reservas internacionais. A oferta de crédito continuou se expandindo, com uma forte atuação dos bancos públicos, com destaque para o BNDES, que ampliou seus empréstimos, e para a Caixa Econômica Federal, que em meio à crise lançou um programa de financiamento habitacional, Minha Casa, Minha Vida, que visava financiar a construção de 1 milhão de novas moradias até 2010. (GREMAUD. 2017, p. 677)

A política de continuidade do governo Fernando Henrique permitiu que o Brasil apresentasse crescimento no primeiro mandato de Lula. Entretanto, o intervencionismo apresentado através de um conceito desenvolvimentista no segundo mandato, fez com que o Brasil reduzisse, de forma considerável, o desemprego do país, conforme a figura 2.

Figura 2 – Taxa de desemprego - Brasil



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: IBGE.

Com o resultado satisfatório apresentado nos dois mandatos do presidente Lula, o povo brasileiro decidiu eleger a até então candidata, Dilma Rousseff, para que o plano de governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores tivesse continuidade.

3.3. O GOVERNO DILMA

Nascida em 1947, em Belo Horizonte, Dilma Vana Rousseff é uma economista e política brasileira filiada ao Partido dos Trabalhadores. Ainda na juventude, interessou-se pelo socialismo, tendo participado de diversos movimentos de esquerda durante o regime militar. Filiou-se ao P.T., em 2001, estando presente na elaboração do plano de governo do até então candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o governo Lula, chefiou o Ministério de Minas e Energia e, após esse período, foi Ministra da Casa Civil. Para a eleição de 2010, foi escolhida pelo P.T. para ser candidata à eleição do ano, vencendo-a e, assim, tornou-se a primeira mulher a ser presidente do Brasil.

Quando Dilma assumiu a presidência, o retrato do país era completamente o oposto quando comparado ao momento em que Lula foi eleito presidente, em 2003. Se Lula herdou um país com políticas de estabilização monetária e econômica, segundo Franco (2017), Dilma viu-se a frente de um estado intervencionista, desenvolvimentista e que, aparentemente, havia esquecido dos conceitos implementados por Fernando Henrique Cardoso.

Contudo, tais conceitos monetários expansionistas foram mantidos e intensificados. Segundo Lacerda (2018), o intervencionismo aumentou e, juntamente com ele, mais políticas voltadas ao aumento da demanda agregada foram implementadas, como reduções tributárias e incentivos fiscais, maior crédito e maior gasto público.

3.3.1. A Intensificação das Políticas Macroeconômicas Intervencionistas

Em 2011, no seu primeiro ano de governo, a presidenta Dilma e a sua equipe econômica implementaram algumas políticas para conter a demanda. Com medo da inflação subir em função da crise mundial, o Banco Central do Brasil elevou o depósito compulsório, elevou a taxa de juros do país e, juntamente com essas ações, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também subiu. Com o aumento do preço do

crédito, a produção industrial brasileira foi reduzida e, por consequência, o PIB brasileiro também apresentou decréscimo. Mesmo assim, o superávit primário ultrapassou a meta fixada para aquele ano.

Diante da nova realidade de baixo crescimento, a atual equipe econômica interveio monetariamente com novas medidas para que, assim, o Brasil voltasse a crescer.

O resultado das medidas macroprudenciais, reduzindo e encarecendo o crédito, do aumento do superávit primário e do aumento da taxa básica de juros foi a redução do ritmo da atividade econômica, com um crescimento do PIB que atingiu 3,9% em 2011, contra um crescimento de 7,6% em 2010. A perda do dinamismo da produção industrial no segundo semestre de 2011 foi tão intensa que levou mais uma vez à adoção de medidas de estímulo ao consumo no início de dezembro daquele ano. As principais delas foram a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da chamada linha branca (geladeiras, máquinas de lavar etc.), a redução de tributos para a construção de imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida e a retirada do IOF de 2% sobre as aplicações estrangeiras na Bolsa de Valores. (LACERDA. 2018, p. 256)

Para que o Brasil retomasse o nível de crescimento de 2010, além da redução de tributos e o incentivo ao Minha Casa Minha Vida, o governo Dilma apresentou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que visava investir mais de R\$ 1,5 trilhão na economia brasileira.

O primeiro mandato de Dilma Rousseff apresentou um crescimento médio de 2,2% do PIB. Se considerarmos o triênio inicial (2011 a 2013), esse crescimento foi de 2,8% a.a. Se não foi uma taxa de crescimento muito elevada, foi próxima à taxa de crescimento dos mandatos de FHC, que atingiu uma média de 2,4% a.a. Deve ser ressaltado que, apesar da baixa taxa de crescimento, a taxa de desemprego medido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 6,5% a.a. no período. Isso foi possível graças às desonerações, ao PSI e ao programa Minha Casa Minha Vida. O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) previa investir R\$ 959 bilhões no período 2011-2014, além de investimentos de R\$ 632 bilhões após 2014, o que totalizaria um investimento de R\$ 1,59 trilhão pelo setor público e privado. Mesmo em 2014, com um crescimento do PIB de 0,5%, o que resultou na queda do PIB *per capita*, pois a população crescia por volta de 0,8% a.a., o desemprego medido pela PNAD foi de 6,5% (LACERDA. 2018, p. 259)

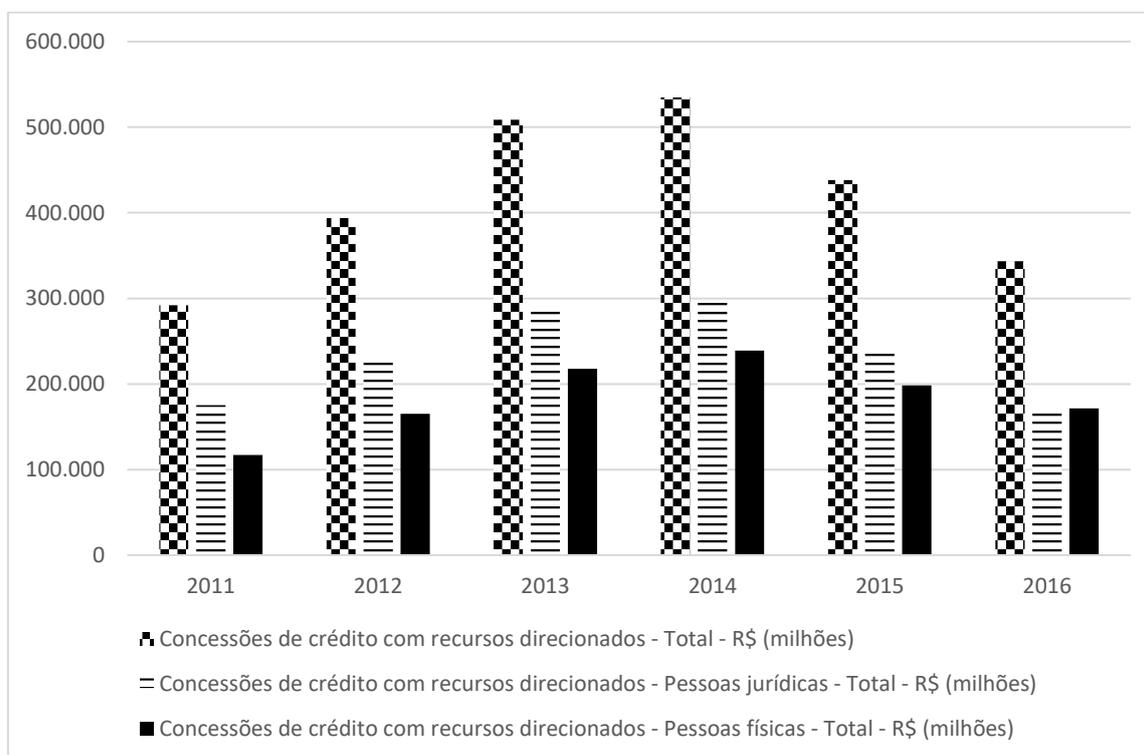
Tais políticas retornaram ao governo Dilma como apoio popular, pelo fato de a população assimilar que o atual governo estava contribuindo para o crescimento da renda das famílias. A atual presidenta candidatou-se à reeleição, em 2014, vencendo

a mesma de forma acirrada, para dar continuidade ao seu plano de governo a partir de 2015.

3.3.2. O Capitalismo de Estado: a Administração dos Preços, os Privilégios e os Incentivos

O aumento do Estado proposto no governo Dilma foi muito maior do que no governo Lula. Estabeleceu-se, portanto, uma proposta de Capitalismo de Estado, em que o Estado é o investidor, o controlador e o promotor do crescimento.

Figura 3 – Concessões de Crédito com Recursos Selecionados – Total, Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas – R\$ (Milhões)



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Banco Central do Brasil

Assim sendo, criaram-se incentivos fiscais, como a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para determinados setores. Além disso, a folha de pagamento foi supostamente desonerada e o crédito foi subsidiado para determinadas pessoas físicas e jurídicas, conforme figura 3, para alguns setores que o Estado determinou como prioritários.

Começava-se a delinear um dos aspectos marcantes da gestão Dilma: o forte ativismo do Estado para alcançar seus objetivos, e a forte ingerência na definição de preços, uma maior preocupação com o crescimento e maior tolerância com a inflação. Configurava-se uma Nova Matriz Macroeconômica. A forte retração do crescimento econômico a partir do segundo semestre de 2011 levou o governo a adotar medidas mais intensas para acelerar o crescimento ao longo de 2012. Além do Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), que previa vários investimentos em infraestrutura e uma ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, o governo lançou o Plano Brasil Maior, que se constituía um conjunto de medidas que visava à geração de emprego e renda, com base no fortalecimento da indústria nacional e no incentivo às inovações. Esse conjunto de ações era uma continuidade e aprofundamento de ações que vinham sendo executadas no governo Lula, e tinham por base a consolidação do modelo de desenvolvimento ancorado no consumo e fortalecimento da indústria nacional. Os instrumentos do Plano Brasil Maior eram os incentivos fiscais, a redução de impostos (IPI) para determinados setores (automóveis, móveis, eletrodomésticos etc.), a desoneração da folha de pagamentos para redução de custos e ampliação da competitividade do produto nacional, incentivos creditícios, com destaque para o Plano de Sustentação do Investimento (PSI), que visava garantir crédito para investimento para os setores prioritários em condições semelhantes às do mercado internacional (operado pelo BNDES e com taxas de juros nominais de 4,5% a.a.). (GREMAUD. 2017, p. 695-696)

Além dos incentivos e dos privilégios, o governo Dilma adotou o controle de preços em alguns setores como energia elétrica, transporte público e combustíveis, por exemplo.

Em janeiro de 2013, a presidente anuncia pela televisão medidas para uma forte redução das tarifas de energia elétrica, atendendo, assim, a uma campanha lançada pela Fiesp. (LACERDA. 2018, p. 258)

Mesmo com as políticas desenvolvimentistas apresentadas, o resultado não foi o almejado. Os indicadores econômicos responderam a essas políticas através da incerteza do mercado. As constantes mudanças e modificações nas regras e nos prazos criaram um clima de desconfiança nos agentes econômicos em função de pressões políticas.

No caso dos combustíveis, para evitar os reajustes, o governo retirou a Contribuição da Intervenção do Domínio Econômico (Cide) e limitou os reajustes de preços da Petrobras. Esse quadro gerou uma série de consequências negativas, tais como a redução do lucro da Petrobras e de sua capacidade de investimento, em um momento no qual seu papel foi ampliado, em função do modelo definido para a exploração do Pré-Sal. Além disso, o controle do preço da gasolina restringiu o preço do etanol, em um contexto no qual as usinas se encontravam extremamente alavancadas em função das decisões de investimento anteriores, levando a amplas dificuldades financeiras para o setor, com o fechamento de usinas e restringindo a sua expansão e renovação dos canaviais. O governo, também nesse caso, utilizou-se ativamente do BNDES com linhas especiais de financiamento para socorrer o setor, mas que não alcançaram os resultados esperados. Esse modelo foi recorrente ao longo dos últimos anos, em que

determinadas intervenções sacrificavam a rentabilidade de setores específicos, que eram posteriormente socorridos pelo governo com crédito subsidiado, o que redundou na ampliação dos gastos públicos e da dívida pública bruta (que chegou aos 60% do PIB), com desoneração de impostos e outras medidas pontuais. Dessa forma, o forte ativismo estatal criou uma série de incertezas, reduzindo a previsibilidade econômica e a segurança institucional e política, afetando os investimentos e os ganhos de produtividade. (GREMAUD. 2017, p. 697-698)

Apesar dos ocorridos e do fato da economia brasileira já estar respondendo negativamente à segunda geração de políticas do governo do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff candidatou-se novamente à presidência, vencendo a eleição de forma acirrada.

3.3.3. A Contabilidade Criativa e o Impeachment

Reeleita em 2015, Dilma governou o país até meados de 2016, pois ela acabou por ser afastada da presidência por um processo de impeachment. O excesso de agregação criado pelas políticas expansionistas no seu primeiro mandato trouxe severas consequências para o Brasil. Não havia mais como sustentar a política de crédito barato, incentivos fiscais, bem como a política de congelamento de preços. O Estado brasileiro também não tinha mais dinheiro para continuar investindo em rodovias e ferrovias. Tais políticas criaram inflação no país e para que tal indicador retornasse à um patamar aceitável, a taxa de juros foi elevada, diminuindo o consumo.

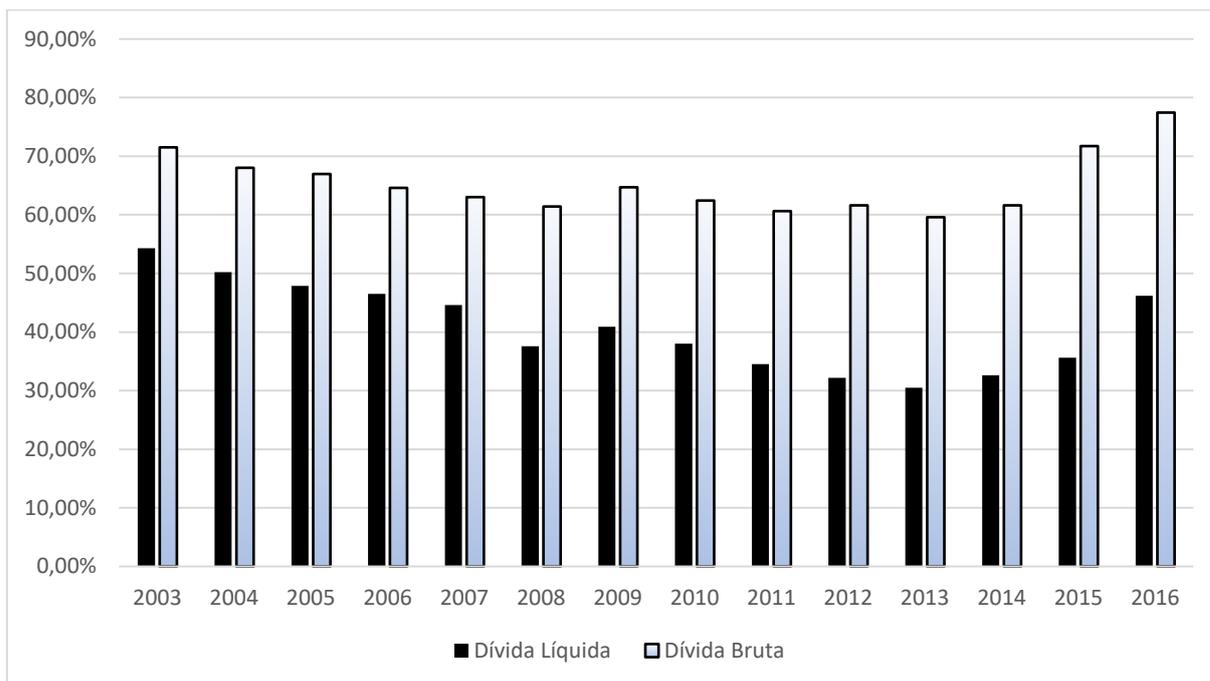
O crescimento contínuo da dívida faz surgirem dúvidas sobre a capacidade de pagamento, de honrar os elevados valores. É que as dívidas são decorrentes de déficits orçamentários, isto é, de despesas realizadas pelos governos superiores às receitas obtidas. Quanto maior o déficit, maior o crescimento da dívida. O problema é que se instaura um círculo vicioso. Quanto maior a dívida, maiores as despesas para financiá-la e, conseqüentemente, maiores os déficits. O custo do financiamento vai depender principalmente das taxas de juros que incidem sobre a dívida pública. É aqui uma das principais desvantagens do Brasil em relação a outros países, mesmo os que apresentam endividamento muito superior ao brasileiro, pois o custo da dívida brasileira costuma ser muito alto em razão das elevadas taxas de juros, bem maiores do que a média internacional. (LIMA. 2015, p. 237)

Com a contração da demanda, o Brasil iniciou um período de recessão econômica com elevado desemprego.

A partir de 2015, os embates políticos se intensificaram e o Brasil mergulhou em um período de profunda recessão, com queda acumulada do PIB de 7,5% no biênio 2015-2016. (LACERDA. 2018, p. 261)

Assim sendo, a arrecadação do país diminuiu e não havia mais dinheiro para pagar o gasto público anteriormente criado, conforme figura 4.

Figura 4 – Dívida Total do Setor Público – Líquida e Bruta – (% do PIB brasileiro).



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Banco Central do Brasil

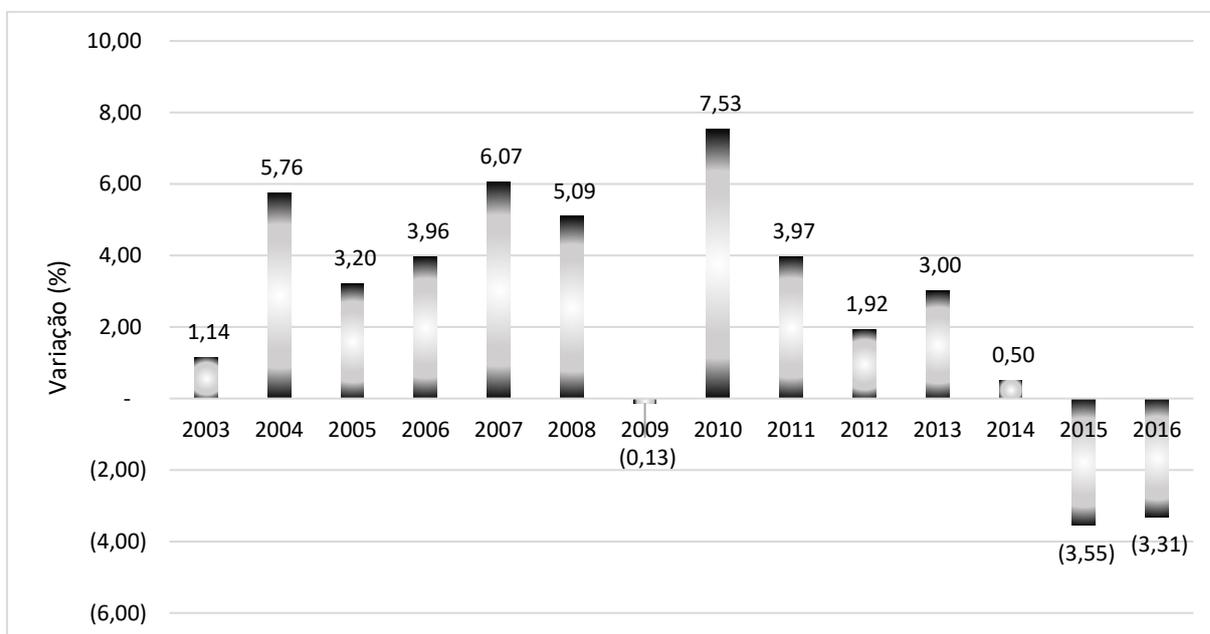
Com a retração da atividade econômica, o percentual das dívidas líquida e bruta do governo cresceram, fazendo com que os agentes econômicos, cercados pela incerteza com relação ao futuro dos mercados brasileiros, pararam de investir e consumir. Assim, em seu segundo mandato e até ser afastada, Dilma Rousseff utilizou a contabilidade criativa para mascarar as contas públicas do país em função excesso de gasto público.

A situação das finanças públicas do governo brasileiro estava crítica. Ainda dentro do conceito de contabilidade criativa, Dilma utilizou mais artifícios contábeis. O Estado brasileiro mascarou, portanto, as contas públicas para manter a meta fiscal do governo através da transferência de recursos de estatais para honrar o pagamento aos programas sociais. Essa artimanha contábil é conhecida como “pedalas fiscais”.

A partir de 2013, uma nova artimanha foi incluída no rol da “contabilidade criativa”, qual seja o atraso sistemático de repasse de recursos do Tesouro aos bancos oficiais para a realização de despesas orçamentárias – caso típico do Programa Bolsa Família – e de equalização de juros e outros subsídios em suas operações de crédito. A prática, que ficou conhecida como “pedaladas fiscais”, adia os desembolsos e disfarça a situação crítica das contas do governo federal. Uma dessas “pedaladas”, isto é, a realização de despesas sem prévio recebimento dos correspondentes recursos do Tesouro, constitui inequívoca violação da Lei de Responsabilidade Fiscal (representa concessão de crédito do Tesouro) e constitui uma das razões pelas quais o Tribunal de Contas da União recomendou ao Congresso a rejeição das contas da presidente Dilma, relativas ao exercício de 2014. Com esses três artificialismos, o governo aumentou o superávit primário sem ter feito qualquer esforço efetivo com esse objetivo. (SALTO; ALMEIDA. 2016, p. 47)

Em função de tais fatos, protestos e manifestações tornaram-se constantes no Brasil. A redução do investimento, o aumento do desemprego, a queda de renda, as incertezas no mercado e a queda do potencial de crescimento do país deixaram a população insatisfeita. Iniciou-se a maior recessão econômica da história do Brasil, conforme figura 5.

Figura 5 – Variação (%) Real do PIB brasileiro.



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: IBGE.

O modelo Keynesiano utilizado pelo Partido dos Trabalhadores apresentou o resultado proposto por Keynes: o aumento da demanda. Apesar dos fatos ocorridos, existem mais semelhanças entre o P.T. e John Maynard Keynes. Entre elas, pode-se

citar o intervencionismo, algo que agrada a qualquer partido socialista, e o fato de tanto Keynes quanto o Partido dos Trabalhadores ignorarem a oferta de mercado. Neste momento, entra em vigor o contraponto de Friedrich A. Hayek. Afinal, a teoria austríaca proposta por Hayek explicou, de forma bastante antecipada, quais seriam os danos causados pelo intervencionismo proposto por Keynes e implementado pelo P.T.

Assim, após um período de crescimento econômico, mais uma vez, o Brasil haveria de enfrentar uma recessão econômica.

4. O GOVERNO PT SOB A ÓTICA DE HAYEK CONTRAPONDO KEYNES

Economicamente, o Brasil utilizou, frequentemente, políticas desenvolvimentistas, tais como as sugeridas por John Maynard Keynes. Por esse motivo, a série histórica do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a título de comparação, é um eletrocardiograma, ou seja, os ciclos econômicos do país apresentam alto crescimento e profunda recessão, respectivamente e nessa ordem. O motivo é que, normalmente, a política se sobrepõe à ciência econômica.

Ainda sob o ponto de vista da economia, a maior recessão da história do Brasil, iniciada no final de 2014, foi criada por políticas internas, ao contrário de 2008, quando a crise imobiliária americana atingiu a economia brasileira e todo o resto do mundo.

Quando as leis da economia são compreendidas e, respeitadas, o país que aplicá-las aumentará o seu bem-estar social, apresentará ganho de produtividade e, assim, criará riqueza. Entretanto, quando o processo implementado for o oposto do acima citado, a ciência econômica cobrará um preço bastante caro e esse é o caso do Brasil. A intervenção estatal e a injeção de dinheiro na economia brasileira foram tão enérgicas que o país entrou em colapso, conforme previu a Escola Austríaca e, em especial, o principal opositor de Keynes: Friedrich A. Hayek.

4.1. O Preço Cobrado pela Ciência Econômica: os Efeitos da Política Keynesiana

O aumento da oferta monetária na economia brasileira, durante o governo P.T., via expansão creditícia e gasto público aumentou a demanda por bens e serviços. Entretanto, se é a oferta quem cria a demanda, segundo a ótica liberal, quem guia o mercado respondendo os cinco problemas econômicos básicos³³ é a demanda. Em um primeiro momento, o consumo aumenta. Contudo, o aumento da expansão do crédito tende a gerar inflação, pois os produtores não dispõem de dinheiro imediato para investirem em suas produções de modo a atender o aumento da demanda agregada. Assim sendo, para conter a mesma, eles elevam o preço dos seus produtos.

A expansão de crédito se mantém a um ritmo de crescimento, que não aumenta suficientemente depressa para impedir os efeitos de reversão em cada período de tempo. Neste caso, apesar do crescimento contínuo da

³³ Os cinco problemas econômicos básicos são: O quê, quando, quanto, onde e como produzir.

oferta monetária na forma de empréstimos, os seis efeitos descritos serão desencadeados. Surgirá assim uma crise e depressão econômica que virá acompanhada de um aumento significativo dos bens de consumo, inflação com crise, depressão e, logo, altas taxas de desemprego, que, para grande surpresa dos teóricos keynesianos, já foi experimentada pelo mundo ocidental tanto na depressão inflacionária de finais dos anos 1970 como, em menor grau, na recessão econômica de princípios dos anos 1990 e que foi batizada em inglês com o ilustrativo nome de *stagflation* (ou, em português, recessão inflacionária ou “estagflação”). (DE SOTO. 2012, p. 339)

Quando o fato acima foi aliado a incentivos fiscais via crédito barato, automaticamente esse processo tornou-se incontrolável.

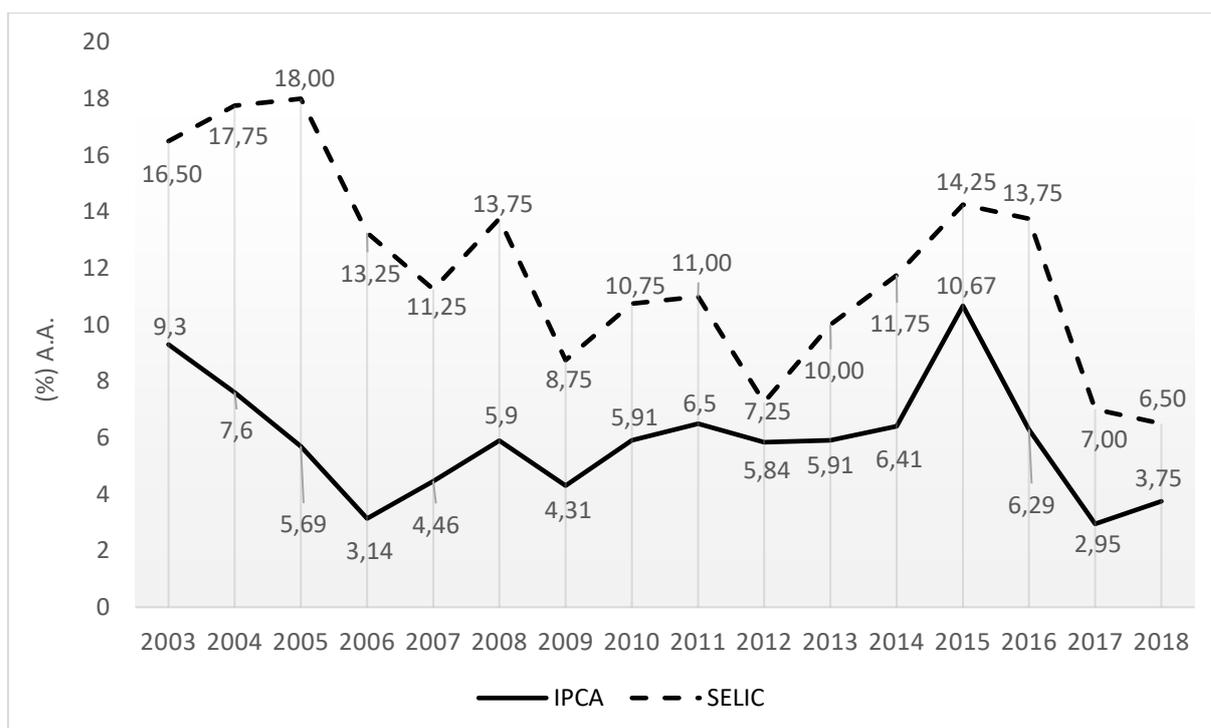
O exagero é sintomático de uma era de dúvidas e ansiedades, mas deve ficar claro que o panorama subsequente à crise de 2008 não é bem descrito pelas versões idealizadas da economia da depressão, inclusive as consagradas em livros-texto a partir do modelo IS/LM. [...] Políticas fiscais expansionistas de fato ocorreram em vários países, mas invariavelmente de forma limitada e com efeitos não muito animadores. Os níveis elevadíssimos de endividamento público impunham limites ao que era possível fazer em matéria de déficit fiscal *stricto sensu*, sem produzir simultaneamente dúvidas acerca da sustentabilidade fiscal do país. [...] Diferentemente de outras ocasiões no passado, a emissão de nova dívida pública teria de ocorrer a partir de estoques já muitíssimo elevados ante a absorção dos efeitos da crise bancária e de um público alarmado. O espaço para as políticas keynesianas convencionais parecia bem menor e mesmo perigoso, e a limitação se mostrou perturbadora para muitos países, largamente acostumados à lógica anticíclica da política fiscal. Esse era um contexto inteiramente novo, em que a “armadilha de liquidez”, ou o excesso de demanda de títulos públicos, por razões precaucionais, ocorria ao mesmo tempo que os quadros de alavancagem excessiva dos governos. (FRANCO. 2017, p. 719)

O incremento de demanda fez com que os mercados brasileiros, em função da falta de oferta agregada, não tiveram outra alternativa a não ser a de aproveitar o momento de consumo e aumentar seus preços, conforme figura 1. A inflação cresceu e, nesses casos, apesar da mesma ter ficado próxima ao regime de metas de inflação, segundo Hayek, não existe outro caminho a não ser o desemprego.

Ficou especialmente claro não só que o nível de emprego criado pela inflação se ia reduzindo à medida que o ritmo da inflação era desacelerado, mas também que, com o término da inflação, surgia o que se passou a chamar de “crise de estabilização”, caracterizada por índices alarmantes de desemprego. Foi por perceber essa relação que, desde o início, juntamente com alguns dos meus contemporâneos, vi que deveria não apenas rejeitar o tipo de política de pleno emprego defendido por Lord Keynes e por seus seguidores, como também colocar-me determinadamente em oposição a ele. (HAYEK. 2011, p. 24)

O aumento da circulação de dinheiro na economia brasileira foi tão rápido quanto a redução do mesmo. O segundo fato ocorreu como consequência do primeiro. Após a inflação, o Brasil apresentou estagflação, encaminhando o país a um ciclo econômico recessivo, conforme figuras 5 e 6.

Figura 6 – Histórico SELIC x IPCA (2003-2018).



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: IBGE.

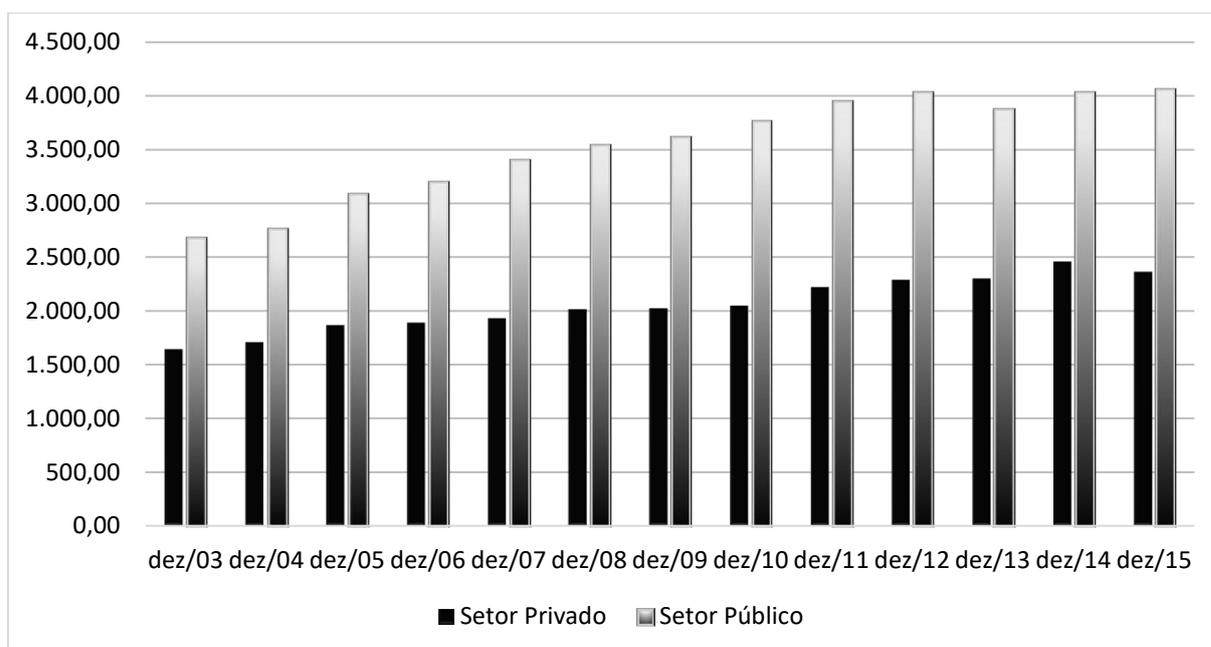
Os erros macroeconômicos brasileiros impactam negativamente na microeconomia do país. Os mercados, conforme explica a teoria de Hayek, coordenam o tempo através dos juros. Na prática, o Brasil intervém monetariamente na economia aumentando ou reduzindo a taxa de juros, bem como aplicando o mesmo método com relação ao gasto público. Assim, alternando esse preço da economia, o governo informa ao mercado quando é hora de consumir ou não. Contudo, a meta é manter a inflação sob controle.

4.1.1. O Déficit Criado pelo Intervencionismo

A redução do consumo, a baixa atividade econômica e a crise objetivaram o déficit nas contas públicas brasileiras. Em especial, o previdenciário. Em 2003,

quando Lula assumiu o Brasil e até a saída da Dilma, o estímulo ao funcionalismo público foi explícito. Além disso, os salários pagos pelo estado ao setor público tornaram-se muito maiores do que os pagos pela iniciativa privada, conforme figura 7.

Figura 7 – Rendimento Médio Real Efetivo - Empregados - Regiões Metropolitanas - Setor Privado e Setor Público.



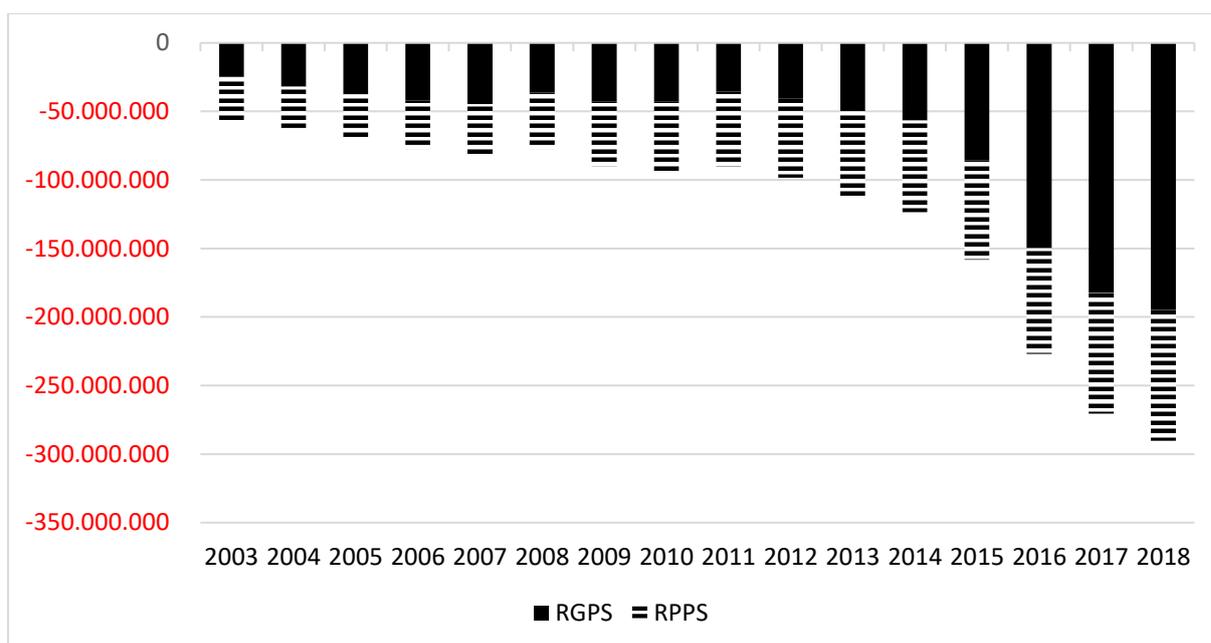
Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: IBGE.

Além da questão salarial, o valor a ser pago referente à aposentadoria dos funcionários públicos tornou-se muito maior quando comparado à iniciativa privada.

Quando analisado conforme o gráfico acima, a diferença entre os salários da iniciativa privada para o setor público era de, aproximadamente, 64%, em 2003. Já em 2015, o percentual ficou próximo a 72%. Tal processo contribuiu para o déficit das contas públicas³⁴ brasileiras, conforme figura 8.

³⁴ As contas públicas mensuram os principais agregados macroeconômicos. Trata-se de um sistema contábil que permite a avaliação da atividade econômica e objetiva mostrar a situação econômica de um país ou de uma região em termos quantitativos. Também é extensamente estudada por economistas, por sua estreita interação com a macroeconomia.

Figura 8 – Resultado da Previdência Federal – 2003 a 2018 – R\$ Bilhões.

Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Funcionários públicos e aposentados são considerados despesas fixas, ou seja, independente da arrecadação do governo, o valor a ser pago a eles será o mesmo. Com a contração econômica brasileira, os salários do setor público não reduziram proporcionalmente à redução do PIB do Brasil. Já na iniciativa privada, milhares de demissões ocorreram e, na maioria dos casos, foram contratados empregados com um salário menor do que o funcionário que foi demitido. A questão é que o funcionalismo público não aumenta a produtividade do país, mas sim é sustentado por quem produz, ou seja, a iniciativa privada sustenta o funcionalismo público.

Essa evolução foi acelerada por outro efeito das doutrinas socialistas: o deliberado menosprezo de todas as atividades que envolvem risco econômico e a condenação moral dos lucros que compensam os riscos assumidos, mas que só poucos podem obter. Não podemos censurar os nossos jovens quando preferem o emprego seguro e assalariado ao risco do livre empreendimento, pois desde a mais tenra idade ouviram falar daquele como de uma ocupação superior, mais altruísta e mais desinteressada. A geração de hoje cresceu num mundo em que, na escola e na imprensa, o espírito da livre iniciativa é apresentado como indigno e o lucro como imoral, onde se considera uma exploração dar emprego a cem pessoas, ao passo que chefiar o mesmo número de funcionários públicos é uma ocupação honrosa. As pessoas mais velhas poderão considerar exagerada essa imagem da situação atual, mas a experiência diária do professor de universidade não deixa dúvidas de que, como resultado da propagação

anticapitalista, a alteração dos valores já está muito adiantada em relação às mudanças que até agora se têm verificado nas instituições deste país. Resta ver se, transformando as nossas instituições para atender às novas reivindicações, não destruiremos inadvertidamente valores que ainda reputamos superiores. (HAYEK. 1977, p. 135-136)

Contudo, existe um fato inversamente proporcional na economia brasileira: a demanda é estimulada, mas a oferta, na prática, não, sofrendo diversas regulamentações e burocratizações. As empresas brasileiras possuem uma série de regulamentos a cumprir por exigência de ministérios, secretarias, fisco e sindicatos. Esse fato também contribui para a dificuldade do aumento da oferta agregada, facilitando no aumento da inflação.

4.1.2. Intervencionismo: Correção ou Ampliação das Falhas?

Nos países de primeiro mundo, a taxa de juros é praticamente estável, ou seja, ela não sofre alterações expressivas. Assim, o método utilizado para o controle inflacionário é o estímulo às importações, criando assim, competitividade e concorrência internacional. Com relação ao mercado interno, a abertura de empresas é um processo rápido, barato e estimulado pelo governo. O aumento da oferta agregada também cria competitividade e concorrência interna, além da relação positiva entre oferta e investimento. Quanto a oferta aumenta, o investimento também sobe de forma proporcional.

As causas comumente apontadas como geradoras de monopólios têm a característica comum de serem temporárias; o que gera os monopólios não é o capitalismo, nem a competição, mas o Estado. Na verdade, há vários fatores anti-monopolísticos: (a) a elasticidade da demanda, que tende a aumentar à medida que o livre mercado se desenvolve e que surgem substitutos para os produtos; (b) a concorrência potencial, que se estabelece quando um negócio é bem sucedido; (c) o fator competitivo permanente, isto é, o fato de que todos os produtores (de todos os produtos) competem ininterruptamente pelo dinheiro dos consumidores; (d) os limites existentes à expansão do tamanho das empresas, impostos pela dificuldade de realização de todos os cálculos econômicos inerentes aos processos de mercado, que é tanto maior quanto mais extensos são os mercados; (e) a lei dos rendimentos decrescentes, que impõe uma dimensão ótima às estruturas de custos das empresas, além da qual os rendimentos passam a ser decrescentes à medida que as empresas se expandem, o que limita a formação dos tão temidos "cartéis", pelas perdas que lhes acarretariam e (f) a abertura econômica, que se constitui em fator bastante limitativo à formação de "preços de monopólio", dado que aumenta sensivelmente as possibilidades de escolha dos consumidores, aumentando assim a elasticidade da demanda. Evidentemente, todos esses fatores limitativos à perpetuação de monopólios nas economias de mercado permanecem, com

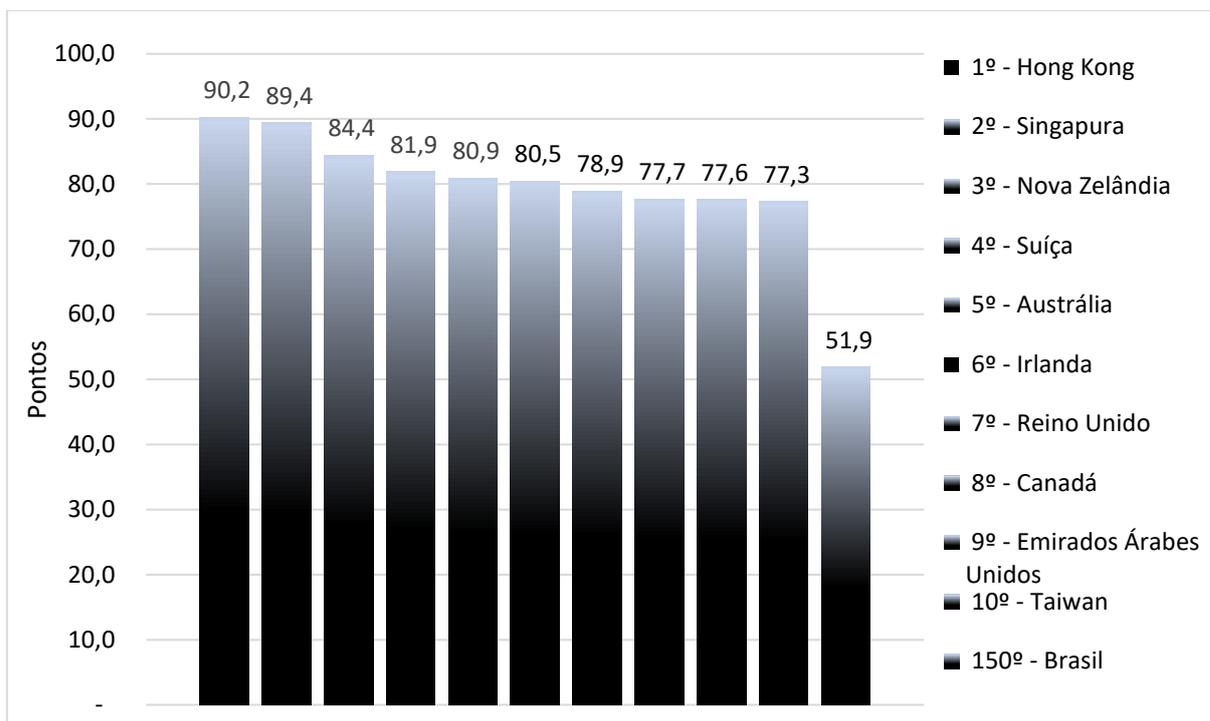
mais fortes razões, válidos quando falamos em oligopólios e "cartéis". A rigor, só há duas possibilidades que podem tornar invulneráveis os monopólios, oligopólios e "cartéis": a primeira são as leis que os criam, as tarifas que os protegem e os subsídios que os sustentam e a segunda é o socialismo que, conforme tem observado com bastante propriedade Rothbard, equivale a um cartel enorme, organizado e controlado coercitivamente pelo Estado. No Brasil, se alguém desejar, por exemplo, abrir uma empresa para extrair petróleo, as leis o tratarão como um delinquente, como um inimigo do "patrimônio público", por haver cometido o grave "delito" de pretender instalar uma empresa com a finalidade de, mediante a competição, proporcionar serviços melhores e mais baratos do que os oferecidos pela estatal que cuida do setor. Sob o ponto de vista da Escola Austríaca, portanto, não são os monopólios, oligopólios e "cartéis" que devem ser combatidos, mas sim a legislação que bloqueia a competição. (IORIO. 1997, p. 83-84)

Contudo e com relação aos fatos atuais da economia brasileira, percebe-se que o intervencionismo não corrige falhas de mercado, mas sim amplifica-as.

O conceito de intervenção é dividido em duas partes, conforme a Escola Austríaca. O primeiro é conhecido como intervenção binária e o segundo como intervenção triangular.

Intervenções binárias ocorrem na tributação e nos gastos públicos com transferências e subsídios e intervenções triangulares acontecem nos controles de preços, nas políticas de rendas, no estabelecimento de tarifas, na concessão de licenças, nos controles de taxas de juros, de salários e de câmbio, na concessão de seguros-desemprego, na criação de controles sobre a qualidade e a segurança, no caso de patentes industriais, etc. O efeito de todo esse conjunto de restrições à liberdade de escolha, geralmente adotadas para corrigir as falhas de mercado, é, invariavelmente, o de amplificar essas falhas. Tomemos como exemplo um tipo de intervenção triangular cujos efeitos são bastantes conhecidos no Brasil: os controles de preços. A vigência de preços livres permite que a lei da oferta e da demanda opere sem obstáculos, o que faz os mercados tenderem ao equilíbrio, conforme vimos no capítulo anterior, segundo as concepções de Mises, Hayek e Kirzner (embora Lachmann pense de modo diferente). O fato que deve ser ressaltado é que a interferência do governo mediante os controles de preços é um fator exógeno, isto é, extra-mercado, que atua como fator gerador de desequilíbrios (ou, se a versão de Lachmann for a preferida pelo leitor, como mais um fator de desequilíbrio). (IORIO. 1997, p. 85)

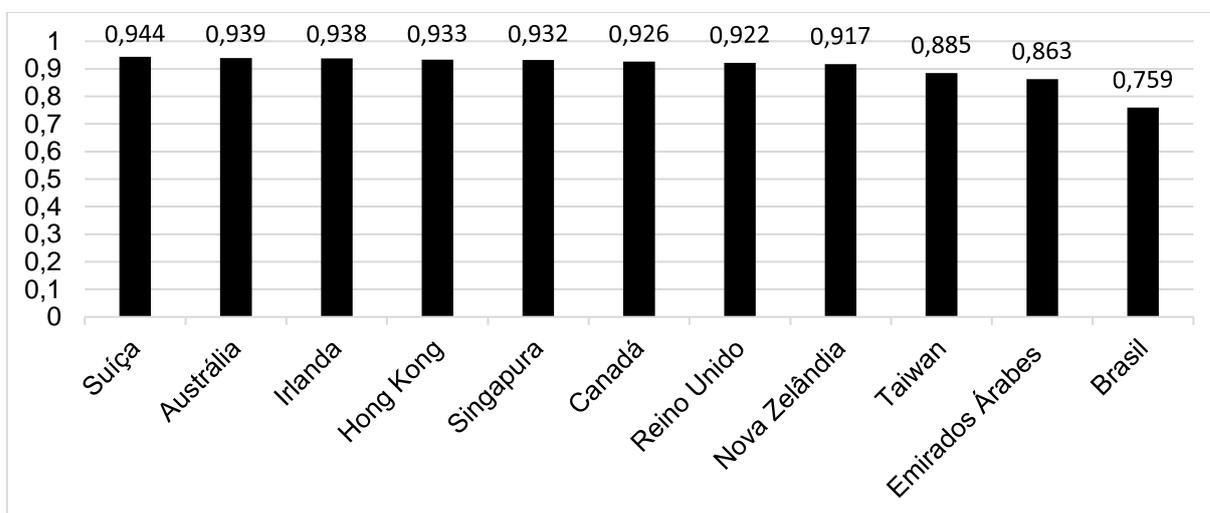
Não foi divulgado e nem mesmo comentado pelo Partido dos Trabalhadores qual foi a real intenção de Lula e Dilma ao criar tanta demanda da economia brasileira. Mesmo assim, quando comparado a países de primeiro mundo, nota-se que as diferenças entre esses e o Brasil são muitas, mas todas, no âmbito econômico, político e social, partem de um quesito em especial: liberdade econômica. Em geral, os países que possuem maior qualidade de vida estão entre aqueles que adotam o liberalismo econômico, conforme figura 9.

Figura 9 – Índice de Liberdade Econômica no Mundo.

Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Heritage

Quando o conceito da Escola Austríaca é comparado ao Brasil, ficam evidentes os erros da economia brasileira. Os Austríacos como Menger, Mises e Hayek explicam, desde 1871, o que irá acontecer se um país adotar políticas de aumento de gasto público, aumento de sindicatos, incentivos fiscais e de crédito.

Figura 10 – Índice de Desenvolvimento Humano – Comparativo – 2018.

Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: PNUD.

Na prática, existe uma relação entre liberalismo econômico e níveis de desigualdade na economia. Acima, conforme figuras 9 e 10, no comparativo entre países, quanto mais liberal o país, maior a qualidade de vida e maior o índice de desenvolvimento humano. Mesmo assim, apesar da longa data de existência da Escola Austríaca, os ensinamentos dos Economistas presentes nessa escola ainda são pouco conhecidos e, principalmente, pouco utilizados no Brasil.

4.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS PETISTAS COM BASE NO PENSAMENTO ECONÔMICO DE HAYEK

Quando analisadas pela ótica do Partido dos Trabalhadores, as políticas sociais implementadas pelo partido foram algo marcante na história do Brasil. A busca pela justiça social foi uma das prioridades tanto no governo Lula quanto no governo Dilma.

Mais do que uma atuação em favor de uma maior justiça social, os governos do PT promoveram uma mudança no padrão de desenvolvimento econômico, colocando a geração de empregos e a ascensão social dos mais pobres no centro da estratégia do desenvolvimento, combinada à reestruturação dos instrumentos estatais em favor de um maior dinamismo com viés redistributivo, realimentando, assim, os mecanismos de crescimento. (MERCADANTE; ZERO. 2018, p. 19)

Entretanto, ao tirar dinheiro de agentes superavitários para repassar aos agentes deficitários através do programa bolsa família, por exemplo, tal método não resolveu a pobreza do país no longo prazo. Quando tal fato é aliado à teoria econômica de Hayek, o austríaco explica que é impossível aumentar a riqueza do país sem aumento de produtividade, sendo esta criada pela prosperidade individual através da ordem espontânea do mercado. Ainda, esse tipo de política social, na prática, não elimina a diferença de renda entre as pessoas, mas sim aumenta-a.

Já vi sugerirem que “social” se aplica a tudo o que reduz ou elimina as diferenças de renda. Mas por que chamar essa ação de “social”? Talvez porque fazê-lo seja um método de garantir maioria, ou seja, mais votos do que esperamos obter por outras razões? Parece que esse é o caso, mas isso significa também, é lógico, que toda a exportação para que sejamos “sociais” é um apelo para que se avance rumo à “justiça social” do socialismo. Assim, o emprego do termo “social” torna-se praticamente equivalente à convocação pela “justiça distributiva”. Isto é, porém, irreconciliável como uma ordem de mercado competitiva e com o desenvolvimento e mesmo a manutenção da população e da riqueza. Assim, por meio desses erros, as pessoas passaram a chamar de “social” o que constitui o principal obstáculo à manutenção da

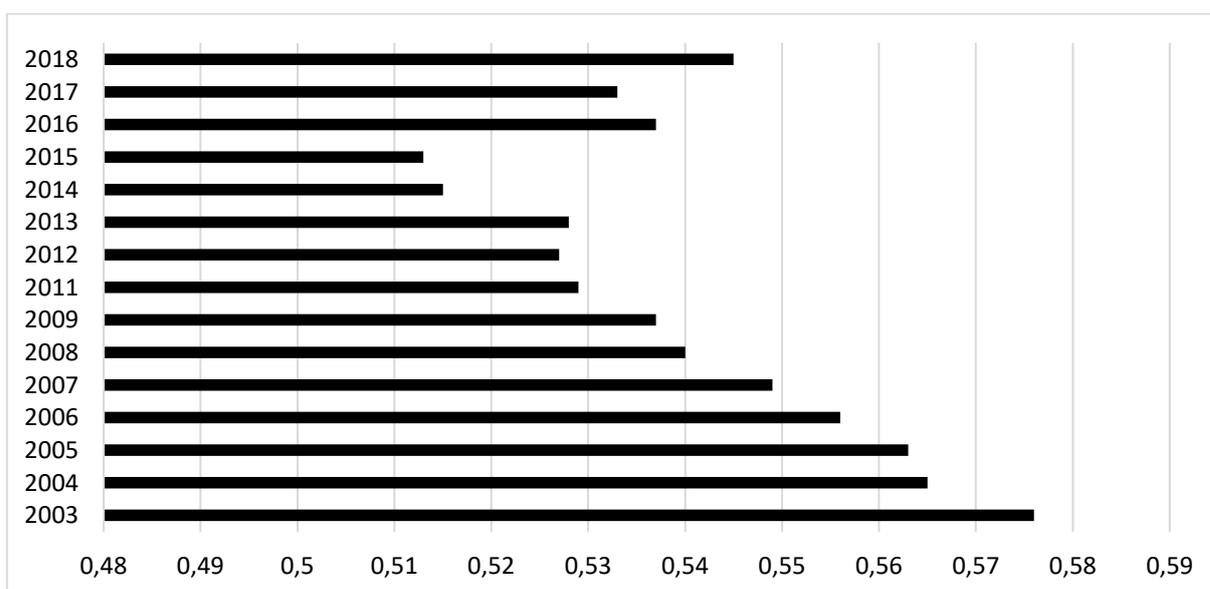
mesma da “sociedade”. O “social” deveria chamar-se, na verdade, “antissocial”. (HAYEK. 2017, p. 161)

Quando o pensamento de Hayek é levado em consideração, alia-se o mesmo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O valor do FGTS é repassado para estimular a construção civil através do Minha Casa Minha Vida e, além disso, recursos também são repassados ao BNDES. Na prática, os trabalhadores que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.) financiam grandes empresários. O governo, em contrapartida, cita que esse fundo é direito do trabalhador.

Se o governo se mantiver comprometido a proteger contra os aspectos negativos da mudança econômica todos os que clamam por ela, os poderes do governo devem, necessariamente, expandir-se até que reste pouquíssima liberdade de ação para os indivíduos. E é este comprometimento teimoso de proteger números cada vez maiores de pessoas das consequências negativas das mudanças econômicas que Hayek afirmou ao abrir o caminho para a servidão. (BOUDREAUX. 2017, p. 45)

Hayek explica que esse método é utilizado pelo governo única e exclusivamente para receber apoio popular, ou seja, é visto como massa de manobra. A população entende que o governo a está ajudando dando dinheiro, quando, na verdade, o dinheiro pertence à população.

Figura 11 – Índice de Gini – Brasil – 2003 a 2018.



Elaborado pelo autor com base em dados pesquisados (2019).

Fonte: Banco Mundial.

Levando em conta que o Brasil teve desempenho econômico, redução da miséria e combate à desigualdade revertidos pela grande recessão do governo Dilma Rousseff, as políticas utilizadas pelos governos do Petistas fizeram com que a desigualdade, anteriormente reduzida, voltasse a aumentar, conforme figura 11.

4.3. O CONTRAPONTO DE FRIEDRICH A. HAYEK: POR QUE O KEYNESIANISMO FALHA

Friedrich Hayek critica Keynes não só pelo fato das políticas keynesianas distorcerem o funcionamento da economia, alterarem o comportamento e as escolhas das pessoas e, principalmente, criarem recessão no futuro em função do crescimento da inflação criar desemprego, mas, antes de toda essa análise teórica, o economista austríaco entende que falta conhecimento macro e microeconômico à Keynes.

Baseado na teoria monetária de Mises, Hayek esboçou uma teoria em que demonstra o fato de distúrbios monetários alterarem a organização dos preços relativos, por afetarem as taxas de juros do mercado, bem como o padrão de investimento, ou seja, Injeções monetárias constituem uma fonte adicional de demanda de bens e recursos. Logo, não é colocando dinheiro em circulação que um país superará uma crise econômica.

Com essa política, os agentes reagem aos sinais de mercado e os sinais relevantes indicam sofrer alterações. A consequência não só um *boom* de investimentos, como também um alto nível de emprego. Os recursos continuarão assim empregados apenas enquanto durar a expansão monetária, esta que não poderá ser sustentada no longo prazo em função do aumento da inflação.

A distorção mercadológica criada pela intervenção keynesiana é a principal crítica de Hayek. O desequilíbrio entre as forças de oferta e demanda criado pelo aumento do gasto público, dos incentivos fiscais e do crédito barato criam anseio na população, fazendo com que a mesma, sedenta por mais ganhos, realizem investimentos errôneos.

Neste momento, entra em questão mais um contraponto de Hayek: eu planejo para mim ou deixo isso para o governo?

Quando o governo empreende o planejamento tendo a justiça como objetivo, não pode furtar-se à responsabilidade pelo destino ou pela posição de cada cidadão. Numa sociedade planificada todos saberemos que estamos em

melhor ou pior situação que outrem, não em virtude de circunstâncias que ninguém controla e que é impossível prever com certeza, mas porque alguma autoridade assim o quer. E todos os esforços que envidaremos para melhorar nossa situação não visarão a prever da melhor maneira essas circunstâncias sobre as quais não temos nenhum controle e a prepararmos-nos para elas; visarão antes a influenciar em nosso favor a autoridade que detém todo o poder [...] Assim que o estado assume a tarefa de planejar toda a vida econômica, o problema da posição dos diferentes indivíduos e grupos torna-se inevitavelmente a questão política predominante. Como só o poder coercitivo do estado decidirá a quem cabe isto ou aquilo, o único poder efetivo e desejável será a participação no exercício desse mesmo poder. Não haverá questão econômica ou social que não seja também uma questão política, no sentido de que a sua solução dependerá exclusivamente de quem manejar o poder coercitivo, daquelas cujas ideias estiverem predominando. [...] Quem planeja a vida de quem? Quem dirige e domina a quem? Quem determina a posição do indivíduo durante sua existência e quem tem o que lhe cabe determinado por outrem? Estas se tornam as questões essenciais, que só podem ser decididas pelo poder supremo. Mais recentemente, um pesquisador político norte-americano ampliou a expressão de Lênin, afirmando que o problema de todo governo é “quem recebe o que, quando e como?” De certo modo, isso é verdade. Não se pode contestar que todo governo exerce influência na posição relativa das diferentes pessoas e que, em todos os sistemas, quase não há aspecto da nossa existência que não seja atingido pela ação governamental. Na medida em que o governo age, sempre influirá na questão de “quem recebe o que, quando e como. (HAYEK. 1977, p. 118)

A questão da crítica de Hayek é que o governo, além de dificultar o livre mercado e, portanto, o funcionamento da economia, não utiliza essas políticas em prol da nação, mas sim para beneficiar a si próprio, usando-as como artifício para obter maior apoio popular.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar e contextualizar a política Keynesiana implementada durante o governo PT, bem como objetivar seus benefícios e malefícios econômicos sobre a ótica de Hayek.

Dessa maneira, no decorrer deste estudo, apresentou-se um breve histórico pessoal de John Maynard Keynes e de Friedrich August von Hayek. Ainda, foram apresentados os princípios econômicos de Keynes e Hayek, destacando-se a intervenção por parte do estado de modo a aumentar a oferta monetária na economia e as consequências futuras desta política.

Em seguida, realizou-se uma contextualização do Brasil, desde o governo Fernando Henrique até o impeachment da Dilma Rousseff, abrangendo desde a criação das políticas neoliberais de F.H.C. até a recessão iniciada no final de 2014. Optou-se por retroceder a análise até o governo F.H.C. com o intuito de demonstrar a situação econômica do país antes do início dos governos petistas. Por fim apresentaram-se os dados do Brasil no período de 2003 a 2014.

De forma corrente, constatou-se que as políticas de Keynes, no curto prazo, geram crescimento. O fato de o estado brasileiro intervir na economia de modo a aumentar o seu próprio gasto público, realizar investimentos em construção civil, reduzir tributos e criar concessões de crédito através da redução da taxa de juros, gera aumento na circulação da moeda, ou seja, o fluxo circular de renda do país se expande. Com isso, houve aumento de empregabilidade, realização de novos investimentos e crescimento do PIB brasileiro.

Entretanto, segundo a teoria de Hayek, a criação e o crescimento forçados da demanda agregada geram inflação em função da falta de oferta agregada. A partir deste momento, comprova-se que o excesso de agregação ignora as ações e as motivações humanas, ou seja, as pessoas passam a investir nos setores que o governo estimulou. Com isso, faltaram recursos para finalizar esses projetos, gerando inflação e demonstrando que tal política distorce os custos de produção. Com o aumento dos preços, a elevação da taxa de juros se faz necessária para conter a inflação, reduzindo consumo e diminuindo a arrecadação por parte do estado que não conseguirá mais pagar o aumento do gasto público anteriormente criado. Instala-se então, a crise econômica recessiva.

Seguido essa lógica, a continuidade deste trabalho se torna viável e interessante, no futuro, de forma a realizar novas comparações entre os governos petistas e os governos que adotam políticas econômicas baseadas no keynesianismo e outros, de convicção liberal e que primam pelo caráter fiscalista da austeridade.

REFERÊNCIAS

- BASTIAT, Frédéric. **Frédéric Bastiat**. - São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- BOUDREAUX, Donald J. **Menos estado e mais liberdade**. 1. Ed. – Barueri: Faro Editorial, 2017.
- CEPEDA, Francisco José Terroso. **O Pensamento Económico de Lord Keynes: (50 Anos da Teoria Geral- 1936/1986)**. São Paulo: Instituto Politécnico de Bragança, 1986.
- DE SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca: mercado e criatividade empresarial**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- DE SOTO, Jesús Huerta. **Moeda, Crédito Bancário e Ciclos Econômicos**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2012.
- DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária**. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1986.
- FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil, 2007.
- FRANCO, Gustavo H.B. **A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013)**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GIAMBIAGI, Fabio. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea**. Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. – 8. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017.
- HANSEN, Alvin H. **Guia para Keynes**. São Paulo: Vértice, 1987.
- HAYEK, Friedrich A. **Desemprego e política monetária**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises. Brasil, 2011.
- HAYEK, Friedrich A. von, 1899-1992. **Os erros fatais do socialismo – por que a teoria não funciona na prática**. 1. Ed. – Barueri: Faro Editorial, 2017.
- HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1980.
- HUNT, E.K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

- IORIO, Ubiratan J. **Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira**. 2ª. Ed. (atual e ampl.) – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- KEYNES, John Maynard, 1883-1946. **As consequências econômicas da paz**. Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LACERDA, Antonio Corrêa de. **Economia brasileira**. – 6. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- LACERDA, Antonio Corrêa de. **Economia brasileira**. organizadores José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. — 4. Ed. — São Paulo: Saraiva, 2010.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João. **Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o keynesianismo**. Barueri, São Paulo: Manole, 2003.
- MARSHALL, Alfred, 1842-1924. **Princípios de economia: tratado introdutório**. São Paulo / Abril Cultural, 1982.
- MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo. **Governos do PT: um legado para o futuro**. [colaboradores Danilo Molina...] [et al.] – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.
- MISES, Ludwig von. **Uma Crítica ao Intervencionismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- PIRES, Marco Cordeiro. **Economia brasileira: da colônia ao governo Lula**. – São Paulo: Saraiva, 2010.
- PRADO, Maria Clara R. M. **A real história do real**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- PREBISCH, Raúl, 1901-1986. **Keynes, uma introdução**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. **Finanças Públicas**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.
- SAY, Jean-Baptiste, 1767-1832. **Tratado de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SMITH, Adam, 1723-1790. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STRATHERN, Paul. **Uma breve história da economia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WAPSHOTT, Nicholas. **Keynes x Hayek: as origens – e a herança – do maior duelo econômico da história.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.